

1

1
2

**ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

3Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho
4Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua José Costa de Medeiros, n.º 1745 - Gravataí, Câmara de
5Vereadores de Gravataí, com o início às quatorze horas e vinte dois minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros:
6**Sra. Vera Lúcia Calegari**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sra. Laura Londero Cruz**, Representante do
7Secretário da Saúde; **Sr. Adoralvo Antônio Schio**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Paulo**
8**Joares Bleumam**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Sandra Garcia Polino**,
9Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr.**
10**Gilberto Ducni**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Róbinson Vargas de Henrique**,
11Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Cláudio Dilda**, Representante da FEPAM; **Sra. Lúcia Anello**,
12Representante do IBAMA; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca e Sr.**
13**Guilherme Dornelles**, Representantes Titular e Suplente da AGAPAN; **Sr. Mauro André Kern**, Representante Suplente do
14Movimento Roessler; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Clóvis Zimmer**, Representante
15Titular da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Edu Ricardo Beltrame**,
16Representantes Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante
17Suplente da FAMURS; **Srs. Sérgio Cardoso e Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes Titular e Suplente dos
18Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, Representante Suplente do Corpo Técnico da FEPAM;
19Participaram também a Mauro Gomes de Sousa, Diretor Técnico da FEPAM; Irineu Schineider, Presidente da Câmara
20Técnica de Assuntos Jurídicos; Karla Maria C. Pieper, SEMA; Margô Guadalupe Antônio, DEFAP/SEMA; Ada Picolli,
21METROPLAN; Suzana Dartora, Assembléia Legislativa; Janete Vivian, Prefeitura de Três Passos; Fernando Bitencourt,
22Gabinete da Prefeitura de Eldorado do Sul; Clóvis Julian, Prefeito de Antônio Prado; Valmor A. Zanatto, Secretária da
23Prefeitura de Antônio Prado; Túlio Carvalho, ASSEJUR/FEPAM; Armando da Silva, Orçamento Participativo; Sheila Oliveira
24Castro, ACICRA; Sívio Barbosa dos Reis, SCP; Fernando M. Oliveira, Gabinete de Vereadores Santerra; Tânia Peixoto,
25Presidente da APN-VG; Luís Benício Constante, Chefe do Gabinete da Vereadora Tânia Ferreira; Cardine Vasconcelos,
26visitante; Tadeu Peixoto, SMAA; Veroni Pauber Fernandes, EMATER/CMMA; Fernandes, APN-VG; Paulo Curtinaz e Nara
27Orci, Ecos da Natureza; Maurício Colombo, Câmara Técnica de Gestão das Águas; Rodrigo Nascimento e Silva, SEMA;
28Mário Buede Teixeira, PUC/RS; Rita Lanco, Vereadora de Gravataí; Alexandre Bugin, ABES; Rosângela Maria de Aguiar
29Gomes, SMSV; João Maia, ASCAB; Edgar Saelum e Vilmar Silveira, Takaoka; Sérgio Sandler e Lúcia Anello, Ilha das
30Flores; João B. Rosenstengel, Comitê Gravataí. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Dilda, Representante da
31FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Ano Estadual das**
32**Águas – Manifestação da Comissão; 4. Apresentação da Situação Atual do Módulo I e Perspectivas para o Módulo**
33**II, do Programa Pró-Guaíba do Governo do Estado, com financiamento do BID; 5. CONFEMA 2004 – Temática**
34**Proposta; 6. Apreciação da Minuta de Decreto que Regulamenta a Lei n.º 11.730, de 09-01-2002, que dispõe sobre a**
35**Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação**
36**Ambiental; 7. Habilitação dos Municípios: Antônio Prado, Cacique Doble e Três Passos; 8. Proposta de Resolução**
37**CONSEMA sobre Centro de Treinamento de Combate a Incêndios; 9. Homenagem e Manifestação da Associação de**
38**Prevenção da Natureza do Vale do Rio Gravataí – APN-VG, por ocasião dos 25 anos da mencionada Entidade; 10.**
39**Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Srs. Conselheiros, considerando termos o *quorum* regimental, damos por aberta a
40Sexagésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, nesta data. E desde já agradecendo a
41guarida que o Município de Gravataí, aqui na Casa de Gravataí, acolhe-nos, recebe-nos, no ano em que a APN-VG
42completa os seus 25 anos de atuação na região, com uma significativa contribuição no que diz respeito à proposição de
43mudanças, no que diz respeito à forma de se relacionar com o ambiente. Então, damos por aberta a Sexagésima Quinta
44Reunião Ordinária do CONSEMA, com o item n.º 01. Considerando que os Srs. Conselheiros receberam com antecedência
45os termos da Ata da reunião anterior, colocamos neste momento, então, em apreciação os termos da Ata da 64ª Reunião
46para as correções, adequações que se fizerem necessárias. Com a palavra os Srs. Conselheiros. **1. Aprovação da Ata da**
47**64ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sr. Presidente, uma retificação na linha 37, onde se lê:
48*Resolução do CONAMA é Resolução do CONSEMA. Sr. Presidente:* O item n.º 05, linha 38. **Sra. Edi Xavier Fonseca:**
49*Não, linha 317: Resolução do CONAMA; é Resolução do CONSEMA. Na linha 392, está escrito: mais um motivo para ela*
50*não estar pertencendo a este Conselho; na verdade: mais um motivo para ela não estar pertencendo como ONG,*
51*organização não-governamental, neste Conselho. Na verdade, Sr. Presidente, é uma correção. Na linha 1103, última folha:*
52*desde o início da reunião, mas devido aos vários pontos de pauta e falta de 'quorum' ficou prejudicada a apresentação. Sr.*
53**Presidente:** Linha 1103 acrescentar: *falta de 'quorum' ficou prejudicada a apresentação.* Mais algum Conselheiro? **Sr.**
54**Clóvis Zimmer:** Na linha 695, após o ponto cita: *Ele foi finalizado em final de 2002; é 2003.* E na linha 698, no início da
55linha: *de 2002 a 2003.* **Sr. Presidente:** Correções de data nas linhas 695 e 698. Mais alguma manifestação? Com as
56correções, **aprovada** a Ata da 64ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Passamos para as comunicações e eu solicito ao Túlio
57que proceda a leitura. **2. Comunicações. Sr. Túlio Carvalho:** Ofício da Câmara Técnica de Educação Ambiental n.º
58021/04, encaminhando à Plenária do CONSEMA para apreciação que posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa
59Minuta de decreto de regulamentação da Lei Estadual n.º 11.730, que dispõe sobre a educação ambiental. A Conselheira
60Sandra Garcia Polino, do Departamento Pedagógico de Educação Ambiental, da Secretaria de Educação, encaminha na
61condição de membro da Comissão Organizadora do Ano Estadual das Águas solicitação de reforço da Presidência do
62CONSEMA e demais membros sobre a importância do Ano Estadual das Águas, cujo o tema central é a gestão dos

63recursos hídricos, tendo como uma das metas sensibilizar a sociedade sobre a importância ambiental e social da água.

64Ofício n.º 013/04 – Bombeiros Voluntários de Nova Prata. A Sociedade Civil Corpo de Bombeiros de Nova Prata solicita

65informações de procedimentos adequados para a realização de treinamento de combate a incêndio. Ofício n.º 891/04 –

66FAMURS, apresentando solicitação de desvinculação do Conselheiro Miguel Schmitt Prim, junto ao CONSEMA, em vista de

67sua candidatura às eleições municipais. Ofício FEMA n.º 03/04, informando que o Fundo Estadual do Meio Ambiente teve

68nomeada, no Diário Oficial do Estado de 10-12-03, a sua junta de administração e que os repasses da FEPAM são feitos

69regularmente até o dia dez de cada ofício. Conteúdo do ofício: *Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente,*

70*cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, vimos informar que o Fundo Estadual do Meio Ambiente teve nomeada a*

71*sua junta de administração, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 10-12-03, com a seguinte composição:*

72*Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente – FEPAM, Marco Aurélio Ramalho Corrêa, Diretor Executivo; Fundação*

73*Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Juliano Panizze Abfraggin, Secretário Executivo; Secretaria Estadual do Meio Ambiente*

74– *SEMA, Lúcia Becker de Lélío, Assessora Técnica. Informamos também que a FEPAM repassa, regularmente, até dia dez*

75*de cada mês, os valores financeiros arrecadados por aplicações de auto de infração, e até o último dia útil de cada mês as*

76*parcelas de valores acordados com o Ministério Público, conforme termo de ajustamento de conduta referente aos valores*

77*de multas arrecadadas entre 98 e 2000. Outrossim, informamos que a aplicação de valores recebidos pelo Fundo, os quais*

78*até a presente data montam um saldo de aproximadamente R\$ 2.190.000,00, dependem, além de contarem no orçamento*

79*da FEMA para o exercício, um Regimento Interno e de um plano específico aprovado pelo Conselho Estadual do Meio*

80*Ambiente. Nessa oportunidade aproveitamos para apresentar as nossas considerações, atenciosamente, Marco Aurélio*

81*Ramalho Corrêa – Diretor Executivo da FEMA. Recebemos do Núcleo Amigos da Terra e Greepeace o convite para o*

82lançamento do Livro: Carvão, o Combustível de Ontem; cujo lançamento ocorreu no dia 25-05-04. Ofício DAER n.º 652/04,

83encaminhando o Relatório de Monitoramento da Fauna, período de abril/2004, referente à Rodovia Rota do Sol. Ofício

84ALGA n.º 149/04, a Associação Livre para o Agenciamento Ambiental – ALGA, encaminha ofício referente ao pedido de

85vista dos Processos n.ºs 19932067/973 e 148060500/035, Municípios de Vila Maria e Fagundes Varela. Vamos ver o

86conteúdo: *Prezado Senhor, a ALGA, Associação Livre para Gerenciamento Ambiental, vem por meio deste relatar sobre o*

87*pedido de vista a respeito da permanência da EMATER nos Conselhos Municipais, conforme Processo n.º 19932067/973,*

88*de 04-03-97, referente ao Município de Vila Maria, e o Processo n.º 148060500/035, de 30-12-03, referente ao Município de*

89*Fagundes Varela. Deve-se deixar claro que somos favoráveis à inclusão da EMATER em todos os Conselhos,*

90*evidentemente, como organização governamental. Quanto ao Município de Vila Maria, a paridade na composição do*

91*Conselho Municipal está comprometida, pois consta a EMATER na relação das organizações não-governamentais. Já o*

92*Município de Fagundes Varela, além de apresentar a EMATER como ONG, há a presença do Conselho de*

93*Desenvolvimento Comunitário de Fagundes Varela no CONDEMA. Nas fs. 129 do processo de Fagundes Varela está*

94*explícita a seguinte posição, parágrafo quatorze: ‘a lei municipal em apreço nomeia ainda um representante do Conselho de*

95*Desenvolvimento Comunitário de Fagundes Varela’. Salientamos que um Conselho não pode ter assento em outro*

96*Conselho, além do que os Conselhos não correspondem a classificação de Entidade preconizada na normatização*

97*pertinente. Parágrafo quinze: ‘ademais, a lei municipal em foco não atende a paridade exigida pela alínea b, do art. 2º, da*

98*Resolução CONSEMA n.º 04/02’. No caso da EMATER é de conhecimento público que o seu Presidente é indicado pelo*

99*Secretário de Estado da Agricultura. Lembramos que em 19-11-03 emitimos o ofício n.º 128, que tratava da presença da*

100*EMATER como organização não-governamental no Conselho do Município de Nova Bréscia. Naquela oportunidade o*

101*CONDEMA acatou a sugestão da ALGA, no qual constava a orientação de que a EMATER não poderia estar como*

102*organização não-governamental. O processo retornou para o Município de Nova Bréscia, alteraram a lei e em seguida a*

103*habilitação daquele município foi aprovada pelo CONSEMA. Portanto, sugerimos ao Conselheiros do CONSEMA que votem*

104*pelo retorno dos processos em pauta para os referidos municípios alterarem a lei, para que seus respectivos Conselhos*

105*sejam efetivamente paritários. Ficamos à disposição para maiores informações pelos telefones 9971-3006 e pelo e-mail*

106*www.alga@alga.br. Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos o ensejo, reiterado protesto de estima e*

107*consideração, cordialmente, Geraldo André Susin – Presidente da ALGA. Sr. Presidente:* Considerando tratar-se da

108*questão municipalização, remetemos para o momento em que abordarmos os outros três municípios, hoje propostos para*

109*habilitação. Portanto, já com o conhecimento do conteúdo do ofício da ALGA. Prossiga, por gentileza. Sr. Túlio Carvalho:*

110Ofício n.º 37/04 – URI/Campos de Erechim, comunicando que a Profª. Elisabete Maria Zanin, representante Titular da

111Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, está impossibilitada de participar desta reunião, em razão de

112compromisso no Departamento de Ciências biológicas da qual faz parte. Comunicado do Conselheiro João Grandó,

113representante Suplente da Instituição Universitária Privada, justificando sua ausência nesta reunião por compromissos

114assumidos na Universidade de passo Fundo. A FIERGS, por meio do Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos encaminha

115a solicitação de inclusão na Câmara Técnica provisória de Controle da Poluição Veicular. A SOPS comunica que o Eng.

116Gilberto dos Santos Huks representará o Sec. Frederico Antunes nesta reunião. Ofício CENK 239/04, informando que o Sec.

117Luiz Valdir Andres e o Sr. Eberson Silveira, representantes dessa Secretaria junto ao CONSEMA, encontram-se

118impossibilitados de comparecerem a esta reunião, estando representados pelo Sr. Paulo Soares Blesmann. Ofício

119justificando a ausência nesta reunião dos representantes da Instituição Universitária Pública, Sr. Sérgio Luiz de Carvalho

120Leite e Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez, em razão de compromissos assumidos na universidade. A nomeação dos Srs.

121Francisco Lineu Schardong e Ivo Lessa Silveira Filho, representantes da FARSUL junto ao CONSEMA, foi publicado no

122Diário Oficial do Estado no dia 16-06-04. Ofício CTP-AJ 10/04, a Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos

123encaminha análise referente à natureza jurídica da EMATER. **Sr. Presidente:** Esse também estará incluído no mesmo bloco
124de discussões quando abordarmos o tema anterior. Vamos ler depois, porque vamos retomar isso, então, vamos no
125momento oportuno fazer a leitura. **Sr. Túlio Carvalho:** Ofício Gabinete SEMA n.º 345/04, comunicando que por
126compromissos anteriormente agendados o Secretário de Meio Ambiente está impossibilitado de participar desta reunião e
127se fará representar pela Sra. Vera Lúcia Calegaro. **Sr. Presidente:** Essas são as comunicações recebidas pelo CONSEMA,
128no período da última reunião até o dia de hoje. Considerando compromissos relacionados com a definição de uma série de
129projetos de municípios que estão-se habilitando aos recursos do Governo do Estado, oriundos da consulta popular, e como
130o Chefe, o Coordenador da Assessoria Jurídica do CONSEMA, de quem precisamos manifestações, terá que se ausentar
131para atender essa demanda que tem hoje como data limite. Então, consulto este Plenário para uma inversão de pauta,
132onde, então, abordáramos agora o item 07 e depois seguiríamos a pauta normal. Algum dos Conselheiros objeta essa
133inversão de pauta? Ninguém? Então, consideramos a inversão de pauta e passamos agora para o item de n.º 07. Depois do
134que o Irineu Schineider poderá se ausentar para não prejudicar os municípios que estão aguardando a apreciação, a fim de
135que se habilitem a esses recursos oriundos da consulta popular. Vamos para o item n.º 07, então. E nesse item gostaria de
136colocar também em apreciação a manifestação da ALGA em relação aos municípios de Vila Maria e Fagundes Varela, o
137teor da manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E na seqüência teríamos os Municípios de Antônio Prado,
138cujo o Prefeito nos dá a honra de sua presença a esta reunião, assim como de Cacique Doble e Três Passos. Foram os
139processos que foram enviados até a Secretaria Executiva do CONSEMA. Passamos, então, para a apreciação,
140concomitante, obviamente, pela íntima relação que tem, a manifestação da ALGA em relação à habilitação de Vila Maria e
141Fagundes Varela. Bem como a manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos deste CONSEMA, cuja leitura,
142então, pela associação que tem, solicito ao Túlio que assim proceda. **7. Habilitação dos Municípios: Antônio Prado,**
143**Cacique Doble e Três Passos. Sr. Túlio Carvalho:** *Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, tendo em vista o*
144*questionamento junto à natureza jurídica da EMATER, a Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos, em análise da*
145*matéria na 45ª Reunião Ordinária, considerando o disposto no art. 1º, do ato constitutivo daquela associação que reza: art.*
1461º – *Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica de Extensão Rural, EMATER/RS, é uma*
147*sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelo presente Estatuto e*
148*demais normas de direito aplicáveis. Considerando o disposto no art. 45, do Código Civil Brasileiro que reza: art. 45 – são*
149*peças jurídicas de direito privado: 1 – as associações; 2 – a sociedade; 3 – as fundações. Considerando os pareceres*
15012.851 e 12.852, da Procuradoria-Geral do Estado, de caráter normativo, a Associação Riograndense de Empreendimento
151de Extensão Rural – EMATER, é uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado. Sendo o que se apresenta, colho a
152oportunidade para manifestar a Vossa Senhoria protesto de consideração e apreço. *Sr. Irineu Schineider, Presidente da*
153*Câmara Técnica. Sr. Presidente:* Temos essa manifestação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e gostaria, Srs.
154Conselheiros que nos conduzíssemos neste momento para uma decisão cabal no que diz respeito a essa discussão. Não
155procederemos, novamente, a tecer considerações a cerca do papel da EMATER, da importância da EMATER, etc. e etc. O
156que ocorre, Srs. Conselheiros, é que há nas sucessivas reuniões um posicionamento que conflita. Qual é a diferença de
157uma ONG e de uma Entidade de direito privado? Basicamente, é aqui que existe toda essa discussão que, salvo melhor
158juízo, e em assim sendo penitencio-me, acho que estamos gastando muito tempo em um assunto que pretendo pelo menos
159que seja resolvido a partir deste momento e de uma forma bastante objetiva. Para discussão dessas questões o Valtemir se
160inscreveu. Estão abertas as inscrições para que os Srs. Conselheiros se manifestem. Portanto, Sr. Conselheiro,
161representante da ALGA, tem a sua manifestação que foi lida e tem a manifestação reiterada pela Câmara Técnica de
162Assuntos Jurídicos, que vamos tentar resolver de uma vez por todas. A fim de que esse processo não mais volte, pelo
163menos a ase discutir essa questão. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, em nome da FAMURS
164gostaria de colocar que entendemos e a FAMURS participou e participa da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E
165entendemos que a posição assumida pela Câmara Técnica é a posição que este Conselho deve adotar a partir desta data.
166Ou seja, a EMATER não é uma Entidade governamental, até porque se isso passar a valer, a nossa própria Federação, a
167FAMURS, na constituição do Conselho a FAMURS é uma Entidade não-governamental, ela não é do Governo. Se
168começarmos a querer fazer discussão de natureza jurídica, privada, ou coisa que o valha, cairemos na mesma discussão.
169Então, Sr. Presidente, a nossa posição, até entendo a posição do Susin, lamento, discordo da posição dele no último
170parágrafo quando diz que em novembro este Conselho tomou uma posição de que a EMATER era uma Entidade
171governamental. Eu não me recordo disso, e que a EMATER poderia ser incluída desde que fosse uma Entidade
172governamental. Lamento, eu não me recordo e em nome dos municípios entendo que a posição que devemos assumir é
173que a EMATER é uma Entidade que vai participar dos Conselhos, poderá participar dos Conselhos Municipais de Meio
174Ambiente e é uma Entidade não-governamental. Quanto a participação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, na
175verdade, esses Conselhos que estão sendo criados agora têm uma natureza jurídica um pouco diferente dos outros
176Conselhos que temos, e por isso que eu entendo que o município pode incluir nesse caso esse tipo de Conselho, porque
177tem CNPJ, tem inscrição, tem vida jurídica própria. Portanto, tem que ficar claro que é uma Entidade criada lá no município;
178portanto, também é uma Entidade não-governamental. Era essa a nossa manifestação em nome da FAMURS. **Sr. Geraldo**
179**André Susin:** Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, todos os assistentes do Presidente aqui nesta Câmara
180de Vereadores. Gostaríamos de fazer um questionamento antes à Câmara Jurídica: quem nomeia o Presidente da EMATER
181é ou não o Secretário da Agricultura? Outro ponto é que pela resolução do Movimento Ambientalista, para ser ONG tem que
182ter livre associação e eleição direta. E a questão, respondendo ao amigo Valtemir, se não me engano, na Zoobotânica, onde

183trouxemos nosso parecer do Município de Nova Bréscia, onde foi colocado que estava no Conselho a EMATER como não-
184governamental, trouxemos o parecer, o Conselho acatou nosso parecer. Isso posso mostrar depois para o Valtemir na Ata.
185E o Conselho deliberou que voltaria para a Câmara, foi para o município, o município mudou a legislação, voltou para o
186Conselho e pelo que consta foi aprovado nesse sentido. E desde já encaminho a mesma Questão de Ordem, que esse
187assunto da questão da EMATER não estava em pauta. Então, vale a discussão e também concordamos que está
188desgastando querendo insistir que ela seja governamental, mas já encaminhamos a Questão de Ordem que esse assunto
189não estava na pauta para receber alguma coisa nesse momento. Então, por hora era isso e mais adiante gostaríamos de
190retornar ao assunto. Obrigado. **Sr. Irineu Schneider:** Em primeiro lugar, boa-tarde a todos Conselheiros, à Mesa e a todos
191presentes. A questão EMATER, desde que chegamos à Secretária, já tínhamos conhecimento, dada a nossa vivência nos
192âmbitos de serviço público, que a EMATER é uma Entidade privada. A que se ter em mente o ato constitutivo, o que vale é
193o registro oficial constitutivo da associação, como em qualquer Entidade. É a sua certidão de nascimento que dá a sua
194condição. E a EMATER, consta aqui no seu Estatuto, que já foi lido aqui pelo Secretário da Mesa, que é uma Entidade de
195natureza privada. Não bastasse isso ela não foi criada por decreto, por lei, não foi criada por nenhuma autoridade, foi criada
196por um grupo de pessoas que se juntou e formou essa associação. E hoje ela admite participação de representantes até do
197Governo, mas continua sendo privada, não mudou a sua substância. Agora, não bastasse isso, nós que somos do ramo
198conhecer, realmente, o que é privado ou não, ela se enquadra perfeitamente na tipificação que está no Código Civil de
199Entidade Privada. E não bastasse isso esse assunto já foi por demais debatido, a ponto de ser levado por mais de uma vez
200à Procuradoria-Geral do Estado, que se manifestou e por último emanou um parecer de caráter normativo para que não
201houvesse mais dúvida de que ela é Entidade de natureza privada. Então, parece-me que aqui ano cabe mais nenhuma
202discussão. Até acho estranho, acho prejudicial, é uma lastima que os municípios tenham os seus processo postergados aqui
203com uma discussão inócua, sem o conhecimento da causa e sem um aprofundamento da questão. Acho que depois disso
204tudo, para aqueles que ainda têm dúvida, temos aqui os pareceres da PGE, que são vinte laudas, inclusive, no final, por um
205Conselho da PGE ratificado em caráter normativo. Portanto, não há mais o que se discutir, não podemos passar por cima
206da lei, por cima de um ato constitutivo do órgão e por cima de pareceres abalizados como da Procuradoria-Geral do Estado.
207Não que necessitássemos dele, fui buscá-los quando vi que aquilo que eu já havia dito aqui neste CONSEMA, em outra
208reunião, não estava sendo acatada. De outra forma, gostaria de referir também a questão de que a ALGA em seu
209expediente fez relação de que um Conselho não pode participar de um Conselho. Primeiro, quero ressaltar que até o final
210de 2002 isso sequer tinha sido ventilado por alguém. Eu levantei pelo meu conhecimento em Direito Administrativo de que
211um Conselho oficial não pode ter assento em outro Conselho oficial, e vi ali uma inconstitucionalidade sob pena de termos
212meia dúzia de Conselhos no município, que, na verdade, era um grupo só, mas Conselhos oficiais. Ocorre que aqui, por
213falta de examinarem bem o processo, não se deu conta a ALGA que esse Conselho que se refere não é nenhum Conselho
214Municipal, é uma Entidade privada, está nas fs. 12 à 18 do processo de Fagundes Varela, criada por cidadãos que
215atribuíram ali o nome de Conselhos, assim como tem Entidades, um dá o nome de Conselho, outro dá o nome de centro,
216outro dá o nome de núcleo. É simplesmente o nome de uma Entidade privada. É, portanto, uma Entidade privada, está aqui
217a disposição. Eu sei que o senhor talvez não tenha examinado. Então, na verdade, esse Conselho de Fagundes Varela é
218uma Entidade privada e desde que chegamos lá, temos uma cautela muito grande para que esses processos sejam bem
219instruídos, para que não passe nada que seja inconstitucional ou ilegal, e nos acautelamos. Quando o Prefeito de
220Fagundes Varela mandou a documentação eu liguei para ele e disse: Prefeito, o senhor está colocando aqui um Conselho;
221eu também não sabia. Aí ele disse: mas isso é uma Entidade privada; então, por favor, o senhor me mande o ato
222constitutivo aprovado. Foi mandado comprovadamente, é aquilo que o Prefeito havia alegado, é uma Entidade privada.
223Portanto, não há o que se confundir com Conselhos legalmente instituídos pelo Poder Público, são os Conselhos
224Municipais. E nesse caso não há nenhum óbice de que conste ali e é também uma Entidade privada. **Sr. Presidente:** Antes
225de mais nada quero informar que a Questão de Ordem com o arrazoado procedido procede. Portanto, efetivamente, o
226Conselheiro tem razão, não vamos colocar em discussão a questão hoje. Agora, é pertinente considerando as
227manifestações da ALGA, que tem que ser levado ao conhecimento deste Conselho, e da Câmara Técnica de Assuntos
228Jurídicos, que instada a se manifestar procedeu a manifestação nos termos que acabamos de ouvir. **Sr. Guilherme**
229**Dornelles:** Está prejudicada a manifestação, em função de que o assunto não entra na discussão. **Sr. Geraldo André**
230**Susin (Questão de Ordem):** São duas questões de ordem: primeira: respeitando a Resolução Interna, mandamos o nosso
231parecer em tempo hábil, os Conselheiros receberam, só que o outro documento foi lido rápido, os Conselheiros não
232receberam todos, nós não recebemos. Então, fica de uma forma injusta um documento sobrepondo ao nosso e a gente
233não tê-lo à mão, não ter tido acesso ao documento. Então, fica completamente prejudicado. Nós olhamos na pauta,
234seguindo a Resolução Interna, olhamos na pauta, a Presidência não colocou Fagundes Varela. **Sr. Presidente:** O foi lido foi
235o seu ofício que chegou às mãos desta Presidência na mesma data. Quanto ao tempo deixar claro, o seu ofício é de 15-06,
236que chegou às mãos desta Presidência no dia 17. Então, esse não é motivo para Vossa Senhoria levantar a questão. Os
237dois chegaram às mãos da Presidência do CONSEMA na mesma data. Portanto, está aqui, está aqui datada 15-06.
238Portanto, a questão de datas não é argumento, qualquer outro pode ser. **Sra. Edi Xavier Fonseca (Aparte):** Só quero dizer,
239Sr. Presidente, que nós recebemos via *e-mail*, por solicitação do Conselheiro Susin a posição da ALGA. O mesmo deveria
240ter sido feito por parte da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, deveria ter sido enviado via *e-mail* já que não teria tempo
241hábil de ser por outro meio, correio, como normalmente recebemos, a posição dessa Câmara. Então, fica aqui um registro
242que não recebemos. O senhor pode ter recebido no mesmo dia as duas manifestações, mas nós recebemos com

243antecedência via Secretaria Executiva do CONSEMA, não via ALGA, a ALGA solicitou que a Secretaria enviasse para os
244Conselheiros o que foi feito pela Secretaria Executiva do CONSEMA. Nós recebemos oficialmente. **Sr. Presidente:**
245Registrado. **Sr. Geraldo André Susin:** Para concluir, é muito constrangedor, estamos em uma data festiva, comemorando o
246aniversário aqui em Gravataí da APN-VG. É criado um constrangimento, um conflito desnecessário. Então, a Edi colocou a
247questão muito bem clara, e percebemos, não está na pauta essa questão da EMATER, mas querendo insistir não há
248problema. Obrigado. **Sr. Presidente:** Qual o prazo que o pedido de vista tem para chegar à Secretária Executiva? Quantos
249dias? Vamos deixar bem claro as coisas. Srs. Conselheiros, vou ler o art. 4º, da Resolução n.º 64/04, aprovada por
250unanimidade por este Plenário: *O Conselheiro que retirar o expediente ou processo administrativo para vista deverá restitui-*
251*lo com a manifestação escrita no prazo de 15 dias do recebimento, respeitado o prazo de 05 dias de antecedência à*
252*reunião em que a matéria será submetida ao Plenário do Conselho.* Portanto, Sr. Conselheiro, um roto falando do rasgado
253não cabe. Então, vamos moderar, porque ninguém cumpriu os prazos. Essa é a Resolução n.º 64, aprovada por este
254Plenário. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Gostaria de manifestar, Sr. Presidente, então, colocando em cima do que o senhor
255acabou de colocar, nós da FAMURS fomos os idealizadores dessa resolução, justamente com o objetivo de que a SEMA, o
256Conselho e a Secretaria Executiva tivessem conhecimento da posição de quem pedir vista em um processo, para que
257pudesse na reunião onde esse assunto fosse apreciado pudesse ser discutido. Então, na resolução não consta de que se
258houver desdobramento em função do pedido de vista, em função do relatório, de que a Secretaria Executiva deva remeter
259relatório, isso não está. Então, teria que haver uma alteração da resolução. E no tocante ao restante, já que temos uma
260resolução, cumpra-se essa resolução. Peço indeferimento, então, da manifestação da ALGA por ter sido entregue fora do
261prazo. **Sr. Presidente:** Encaminhamento, primeiro: Questão de Ordem solicitada pela ALGA concedida; segundo:
262proposição coerente com a Resolução 0064, do Conselheiro representante da FAMURS concedido. No desdobramento do
263item, então, vamos deixar bem claras essas questões. Srs. Conselheiros, permitam-me 05 minutos, tão-somente. Existe em
264nível nacional um movimento muito forte, muito pesado, quase insuportável, no que diz respeito aos empreendedores nas
265suas pressões e formas de obter o licenciamento em prazos menores. Sendo que as estruturas públicas, e o que estou
266dizendo não é nenhuma novidade, quem tiver acompanhado pela imprensa deve ter lido manifestações do Ministério do
267Meio Ambiente, do IBAMA, assim como da FEPAM e de muitos municípios, de que esse cenário poderá criar aquilo que os
268empreendedores chamam de caos econômico. Pois bem, tanto em nível federal, quanto em nível estadual, o que está
269acontecendo? Você já vai entender, Edi, só não fiquem conversando paralelo porque não vou repetir. Tanto em nível
270estadual, quanto em nível federal, o que está acontecendo é uma tentativa de buscar um encaminhamento onde o
271licenciamento não adquira tão somente a representatividade de um papel escrito, mas que corresponda, exatamente, que
272surta os efeitos nele previstos. Ora, senhores, sem a participação dos municípios isso é absolutamente impossível. Aqui
273temos representação do IBAMA, que poderá, se quiser, manifestar-se, referendar ou, simplesmente, negar o que estou
274dizendo. Agora, meus caros mestres, não perceber isso e, sistematicamente, já pela manhã me reuni com a Secretaria de
275Meio Ambiente, e estamos procedendo a algumas alterações na orientação para os municípios; mas insistir em viabilizar,
276meu caro Conselheiro Susin, minha cara Conselheira Edi, que os municípios comecem a trabalhar, a se organizarem, por
277uma questão simples dessa natureza que pode ser com um enfoque um pouco diferente, corrigido de uma melhor maneira.
278E, sinceramente, não gostaria que se fizesse aquilo que, lamentavelmente, em muitos cenários acontecem, uns puxam para
279um lado e outros para o outro. Não é isso que eu gostaria de como Presidente deste Conselho que se encaminhasse. Se o
280município não entrar não há como a União e o Estado darem conta desse recado, não há. Então, a observação que eu
281gostaria de fazer é essa, Srs. Conselheiros. Em nível nacional há um movimento muito forte e o risco de sermos patrolados,
282há o risco. Não queremos isso e nos organizamos, tanto é que os municípios, por meio da ANAMA e das suas Entidades
283têm participado, vamos chamar, dessa revitalização dos processos de gestão ambiental com o reforço para o instrumento
284licenciamento ambiental, para que ele não se transforme só em um documento impresso. Então, temos aqui no Estado 82
285municípios tão-somente dos 496. Eu acredito, Srs. Conselheiros, que essa questão pode e deve ser resolvida de uma
286maneira diferente desse tira-teima improdutivo. É o pensamento. Então, se não há o entendimento não sei a quem me
287dirigir, Conselheiro Susin, para solicitar, efetivamente, esclarecimentos. Afinal de contas, a EMATER é ou não é? Toda a
288documentação oficial diz que não é Entidade pública. Ou conceitualmente qual é o problema? O que é uma ONG, o que é
289uma Entidade pública, o que é? Então, vou encerrar dizendo, meus amigos, vamos, não buscar consensos, é construir
290soluções. Por exemplo, por que Vila Maria, Fagundes Varela e outros tantos, por que eles não podem começar a se
291organizar até que mediante lei incluam uma outra Entidade, se é que tem? Porque são municípios tão pequenos que não
292têm, eles não têm Entidades, com o risco de acontecer o que o Irineu colocou, há muitos Conselhos que são as mesmas
293pessoas participando dos mesmos Conselhos. É diferente Caxias do Sul, Porto Alegre, São Leopoldo, etc., que, felizmente,
294as forças do município têm uma profusão de Entidades. É diferente de município pequeno de dois mil, três mil habitantes.
295Na área urbana oitocentos mil, dois mil habitantes, que são desses municípios. Então, não sei se os encaminhamentos não
296foram entendidos e se buscou elucidação na fonte errada, se assim foi, por gentileza, procedam a manifestação. Ou, então,
297não há porque continuarmos insistindo nessa discussão, porque do contexto todo, desculpem, ela não é a mais importante,
298a mais importante é sim o momento que estamos vivendo. Atendem para as manifestações em toda a imprensa e para o
299teor. Se nós que somos poucos não buscarmos aliados o que vai ser? Esse é o pensamento, a preocupação muito grande
300nesse sentido, porque não é uma questão local, é uma questão nacional com reflexos regionais e locais, com possibilidades
301de reflexos, inclusive, negativos, porque na sombra de determinadas crises muitas vezes encaminham-se soluções que não
302são as melhores. Por isso que precisamos construir um caminho. Precisamos sim que os municípios assumam o seu papel,

303que é constitucional, que a Resolução n.º 237 e a 05, do Estado, já prevêem. Penso, tenho a convicção que ou é por aí, ou
304vamos, mesmo poucos, enfraquecer-nos. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, endosso as suas palavras em nome da
305Federação e em nome dos municípios, mas o que me leva a me manifestar é em relação a esse tema de uma forma geral.
306Primeiro: entendo que essas manifestações que temos visto dos Conselheiros, quando o processo chega no Plenário, os
307pedidos de vista, na maioria dos casos, as dúvidas que possam ser levantadas já foram estudadas por alguém, ou no SIGA,
308no Sistema de Gestão do Estado, lá na Comissão de Municipalização, ou na Câmara Técnica de Descentralização. Então,
309vou fazer um apelo aqui aos Conselheiros, que em todas as reuniões discutimos para habilitar dois, três, quatro
310municípios. Eu acho assim, a Câmara Técnica lá, Sr. Presidente, está disponível a todos que quiserem ir lá, pedir vista lá na
311Câmara Técnica, olhar lá, mas quando chegar aqui no Conselho recebermos um documento onde diz que a Câmara
312Técnica de Gestão Compartilhada do CONSEMA aprovou. Portanto, nós aqui temos que referendar. Então, vou fazer um
313apelo aqui, porque lá no Conselho de Saúde, não vamos chover no molhado, lá no Conselho de Saúde não se dá essa
314discussão que temos aqui. Se há alguma discussão com o município é lá na Câmara Técnica. E lá no CONAMA também
315não é assim, quando vai-se aprovar alguma nova resolução, a resolução é discutida em uma Câmara Técnica e todas as
316discussões são lá, quando chegam no Plenário do CONAMA são só detalhes finais, não se entra no mérito da coisa de
317novo, e aqui, lamentavelmente, todas as reuniões é isso. Então, vou até fazer um pedido aqui para os Conselheiros, de
318repente até alterar o nosso Regimento Interno, de que o Plenário do CONSEMA, nesse processo da municipalização, cabe
319homologar o que já foi discutido, passa por três Câmaras Técnicas normalmente, normalmente passa na Câmara de
320Descentralização e na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e, eventualmente, passa em alguma outra Câmara também.
321Então, o assunto é discutido lá. Quem quiser discutir o assunto, quer ver se o município tem alguma objeção, há uma lista
322na internet de todos os municípios que estão querendo-se habilitar, entrem lá, peguem essa lista, peguem município por
323município que está faltando, vão atrás, então, mas não quando chegar aqui. Eu acho que muitos Conselheiros estão
324começando a deixar de vir nas reuniões, temos visto isso, por causa disso, todas as reuniões são as mesmas discussões.
325Então, Sr. Presidente, em nome da FAMURS vou pedir, se houver a possibilidade, de fazermos um estudo com a aprovação
326deste Conselho de que aqui no Plenário se faça tão-somente homologação. E não precisa, como foi levantado em uma
327reunião do nosso Conselho, que tenha que vir lá da Câmara Técnica uma aprovação por unanimidade. Imagina se fizemos
328unanimidade em tudo neste País. Então, se a lei diz que tem que ser aprovado nas instâncias, é aprovado. Então, em nome
329da FAMURS faço esse pedido. Sr. Presidente, não foi mencionado, e gostaria de colocar que no ofício que foi distribuído
330hoje aos Conselhos de que os dois municípios de Fagundes Varela e Vila Maria não fazem parte da pauta, não fazem parte
331da pauta porque, automaticamente, estavam incluídos na pauta da reunião anterior. O que diz o Regimento Interno? Se sair
332da pauta por pedido de vista volta no próximo, não precisa dizer. Então, só gostaria de esclarecer essas coisas. Em nome
333dos municípios que estão aqui presentes, há gente que vem a duas, três, quatro reuniões para verificarem isso. Então, para
334conseguirmos mais gente a nos ajudar, para que daqui a pouco a gente tenha pelo menos três, quatro, cinco pessoas
335pensando em meio ambiente em todos os municípios. Eu faço esse apelo, que a gente consiga caminhar para frente.
336Ademais também, tem que ficar claro que esse processo é reversível. Se habilitarmos um município e, eventualmente, ele
337começar a cometer algum absurdo, há reversão. Então, vamos destencionar essa situação, porque ao que parece, a cada
338reunião: ah, vamos ver se a gente segura mais um mês o fulano, vamos ver-se a gente segura o Beltrano mais um mês. Eu
339acho que é isso que está prejudicando a imagem do nosso Conselho. Muito obrigado, Sr. Presidente, em nome da
340FAMURS. **Sr. Geraldo André Susin:** Correspondente ao Valtemir, parece que a exposição dele é que o Conselho não
341precisa existir porque a Câmara Técnica resolve tudo e aqui só homologue. Eu acho que isso é um retrocesso. Então, acho
342que este Conselho é para debater, tem uma função muito importante, é esse de amadurecimento e sempre tendo respeito
343aos Conselheiros e às Conselheiras. E, Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por Vossa Senhoria, quando o senhor
344nos coloca que estamos aqui para inviabilizar, é que talvez o senhor não conheça a trajetória do Movimento Ecológico
345Gaúcho, que é um dos balizadores no Estado. Apesar de não concordarmos, mas entendemos porque o senhor não
346conheceu o movimento, diz que estamos aqui para inviabilizar. Prova disso que estamos para viabilizar que o Movimento
347Ecológico Gaúcho é um dos principais, fomentamos, estimulamos a municipalização da questão ambiental. Temos as
348nossas posições e não é por pressão que vamos mudar os nossos ideais. Nós mantemos o respeito pelo e senhor e
349gostaríamos que a recíproca fosse verdadeira. Obrigado. **Sr. Presidente:** Só um registro: quando Vossa Senhoria nasceu,
350provavelmente, eu já estava militando. Só para que fique registrado nas Atas deste Conselho, inclusive na AGAPAN. **Sra.**
351**Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria também de referendar isso que o Susin falou, de colocar que a intenção da AGAPAN, no
352momento que se discute a municipalização, não somos contra, somos favoráveis, tanto é que essa é uma proposta do
353próprio Movimento ecológico. Como sabe bem a história é uma reivindicação antiga a municipalização. Então, estamos aqui
354só para acrescentar, para melhorar o processo, não é para emperrar, mas acho que há algumas questões que eles devem
355ser mais detalhados. Por isso estamos querendo contribuir para esse processo. E por outro lado, gostaria de falar o
356seguinte, Presidente: eu jamais lhe faltei com o respeito. Então, gostaria que o senhor me tratasse com respeito também e
357não me chamasse atenção em público, até uma atitude meio professoral da sua parte quando eu estava fazendo um
358pequeno comentário com o Colega ambientalista sobre uma questão e não necessariamente sobre aquilo que o senhor
359estava falando. Então, gostaria que o senhor se retratasse neste CONSEMA. **Sr. Presidente:** As minhas escusas o Prof.
360Cláudio Dilda lhe solicita se Vossa Excelência se sentiu melindrada. Contudo, situações assim trazem à tona diversas vezes
361os mesmos assuntos pelo não registro das informações colocadas. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só gostaria de registrar pela
362vez a veemência do representante da FAMURS, na questão da função deste Plenário. Até entendemos a preocupação dele, mas

363 não podemos também deixar que na Câmara Técnica se bata o martelo e aqui a gente só venha para levantar a mão.
364 Entendemos a sua ansiedade quanto aos processos, mas o fórum político do Estado do Rio Grande do Sul continua sendo
365 este e lá é uma Câmara Técnica, lá se diz bem o nome. Só para deixar esse registro. **Sr. Edu Ricardo Beltrame:** Só acho
366 que temos que ser um pouco mais objetivos no tratado desse assunto, porque ficamos uma hora e meia na reunião
367 passada falando sobre a EMATER e estamos discutindo até agora por causa da EMATER e não chegamos a uma conclusão.
368 O aspecto jurídico já está definido, temos que pegar e definir isso de uma vez por todas, senão, na próxima reunião vai
369 começar da mesma maneira e não vamos evoluir em nada. **Sra. Vera Lúcia Calegari:** Presidente, uma sugestão: se a
370 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos já tem um parecer e se os Conselheiros se sentem suficientemente esclarecidos
371 sobre o tema, acho que a decisão de considerar ou não a EMATER como um órgão da Administração Pública ou privada,
372 deve ser discutido pelo Conselho por meio de voto. Senão vamos levar toda a vida e voltar ao mesmo tema. Qual é a
373 função da Câmara Técnica do CONSEMA? Não é prestar esclarecimentos ao Plenário, ao Conselho? Então, a minha
374 sugestão é que se encaminhe para o voto se os Conselheiros se sentirem suficientemente esclarecidos. **Sr. Guilherme**
375 **Dornelles:** Uma proposta de encaminhamento, Sr. Presidente. Lendo a Ata eu vi que foi criada, ou referida na reunião
376 passada, que há uma comissão para reestudar o Regimento Interno deste Conselho. Como o Conselheiro da FAMURS
377 citou o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde seguiu um regramento nacional, que além de ser
378 bipartite, um dos campos, que não é o da sociedade civil, era dividido em vários segmentos. Então, vamos estudar a
379 composição desses Conselhos, porque a nossa proposta, enquanto Movimento Ambientalista, é de que haja vários setores
380 dentro do Conselho e que todos possam ser contemplados. Então, a EMATER ficariam em um grupo muito especial, assim
381 como as fundações públicas, a PETROBRÁS que vem para um Conselho, é Governo, mas é uma empresa; os institutos de
382 pesquisa que recebem verbas de empresas privadas para fazerem pesquisa. Então, esse é um campo muito especial. Eu
383 acho que o ponto de discussão é nessa reavaliação do nosso Regimento Interno, em que entra a questão da composição. E
384 nesse momento não podemos fazer muito, compete ao bom-senso lá do município ampliar o seu Conselho, colocar mais um
385 representante ou outro, se a questão está pendente aqui. Até pelo que entendi já foi aprovado Fagundes Varela, é uma
386 questão já passada. Então, podemos tocar adiante, mas com a ressalva de que o assunto volte na discussão do Regimento
387 Interno. **Sr. Presidente:** Para informações finais, o grupo de trabalho de revisão do CONSEMA já se reuniu, já começou
388 seus trabalhos, já começou, portanto, os trabalhos relacionados à revisão na data de ontem. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Eu
389 acho que nós somos do mesmo parecer da Colega, acho que devemos submeter a votação a este Plenário para dar um
390 ponto final. Uma vez votado, já temos o parecer jurídico, vamos dar um ponto final nisso, porque nós que viemos de longe
391 até aqui e vemos que as coisas sempre são represadas, às vezes, por assuntos até banais, ou por assuntos que são
392 levantados para parar, para deixar para fazer mais tarde. Acho eu que os nossos municípios lá do interior não merecem
393 isso, acho que os nossos municípios têm que começar os trabalhos já que o projeto deles vêm até aqui ao CONSEMA,
394 passam pelas Câmaras Técnicas. Acho que devem começar a trabalhar e estão ansiosos para trabalharem. Senão, não
395 adianta dizermos que o meio ambiente é agredido aqui e lá se nós também não damos possibilidade para quem nos quer
396 ajudar a trabalhar. **Sr. Presidente:** Acho uma sugestão oportuna submetermos. **Sr. Geraldo André Susin:** Nós colocamos
397 já várias vezes a questão de ordem que o assunto da EMATER não está na pauta, não recebemos esse parecer.
398 Gostaríamos de lê-lo, apreciá-lo. Então, é uma sugestão que seria na próxima reunião, colocá-lo na pauta para decidir isso,
399 então. Isso é um encaminhamento, uma questão de ordem que temos que trabalhar e continuar a pauta, Sr. Presidente. **Sr.**
400 **Presidente:** Conselheiro Susin, trata-se de um ponto que, automaticamente, entrou em pauta, que se chama Fagundes
401 Varela e Vila Maria, e que implica, e há como fator específico esse, que é o único elemento presente. É regimental. **Sr.**
402 **Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, novamente. Eu até concordo com o Susin que possa-se deixar o assunto específico
403 deste Conselho de tomar uma posição, não sei, provavelmente, a posição é do que juridicamente se indica, mas em relação
404 ao assunto EMATER pode-se tomar uma posição na próxima reunião. Isso não impede de aprovarmos os municípios que
405 estão aqui hoje em pauta. Por quê? Porque já houve outros municípios que terminal foram aprovados com a EMATER.
406 Então, se o assunto EMATER vai ser apreciado mais adiante, a lei não retroage, qualquer lei é dali para frente. Então,
407 vamos colocar em votação, vamos avançar e na próxima reunião, se há necessidade de colocar em Questão de Ordem,
408 então, que se coloque na próxima reunião alguns minutos para a gente discutir esse assunto e o nosso Conselho tomar
409 uma posição. Agora, no tocante aos municípios colocamos em votação e tocamos a nossa reunião. **Sr. Presidente:** Srs.
410 Conselheiros, chega o momento em que tem que se tomar uma decisão, ou, então, não vamos nem ouvir aqui a
411 manifestação da Presidente da APN-VG que queremos ouvir hoje. Não queremos sacramentar polêmicas improdutivas,
412 produtivas sim. Pauta para a próxima reunião definitiva. Sr. Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos busque o
413 parecer se houver outra instância além da Procuradoria Jurídica, da PGE. Próxima reunião, primeiro item de pauta após a
414 pauta de praxe será esse assunto definitivamente. Encerrado o assunto sobre esse item. Peça para o Mário Buede Teixeira,
415 Presidente da Câmara Técnica de Descentralização, para que em complementação traga para este Plenário os assuntos
416 referentes aos municípios que hoje estão sendo propostos para a habilitação: Antônio Prado, Caciue Doble e Três Passos.
417 **Sra. Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Só para dizer que nós solicitamos que seja enviado esse parecer, então,
418 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos aos Conselheiros antes da próxima reunião, pode ser até por *e-mail*. **Sr.**
419 **Presidente:** Está implícito. Com a palavra o Sr. Mário Buede Teixeira, Presidente da Câmara Técnica de Descentralização.
420 **Sr. Mário Buede Teixeira:** Não é Descentralização, é Gestão Compartilhada Estado e Município, mas todos entenderam.
421 Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, boa-tarde à Mesa. De imediato vamos solicitar a todos que receberam
422 no material do dia de hoje uma cópia do ofício que a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada encaminhou à Presidência

423do CONSEMA. São três ofícios referentes aos Municípios de Antônio Prado, Cacique Doble e Três Passos. Todos poderão
424ver que os termos dos ofícios são os mesmos, de forma que lendo um, praticamente, vale para todos. A Câmara Técnica
425encaminhou, então, ao Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente: *Ao cumprimentar Vossa Senhoria,*
426*cordialmente, tomo a oportunidade para encaminhar o parecer desta Câmara Técnica Permanente de Gestão*
427*Compartilhada Estado e Município sobre o pedido de habilitação dos municípios, então, Antônio Prado, Cacique Doble e*
428*Três Passos para o exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução*
429*CONSEMA n.º 004/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. O pedido teve o seguinte encaminhamento: A documentação*
430*enviada pelos municípios foi analisada pela Comissão de Municipalização e pela Assessoria Jurídica da SEMA, que é o*
431*procedimento de rotina. Em 27-05, no caso de Antônio Prado, e em 07-06, no caso dos outros dois municípios que foram*
432*por ocasião da 46ª e 47ª Reunião da Câmara Técnica, após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a*
433*Comissão de Municipalização apresentou relatório e parecer a essa Câmara Técnica do CONSEMA, recomendando a*
434*homologação do pedido de habilitação. No dia 27-05, na 46ª Reunião e os outros dois municípios no dia 07-06-04, na 47ª*
435*Reunião, o pedido foi examinado, submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Face ao exposto, encaminho*
436*a citada documentação anexa com o parecer favorável à habilitação dos municípios para o exercício do licenciamento*
437*ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA n.º 004/00 e Resolução CONSEMA n.º*
438*011/00. É o parecer.* **Sr. Presidente:** Está com o Plenário. Em apreciação a habilitação dos municípios mencionados agora.
439Em apreciação. **Sr. Sérgio Cardoso:** Mais uma questão de entendimento, Sr. Presidente, quanto algumas coisas. Temos
440sempre falado na questão da padronização, já melhorou bastante, digamos assim, no formato, mas o Estado do Rio Grande
441do Sul tem na sua divisão três regiões hidrográficas. Quando eu olho aqui: *Bacia Hidrográfica, Comitê de Gerenciamento da*
442*Bacia Hidrográfica do Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo;* para mim é uma salada de frutas que, infelizmente, a pessoa não
443tinha esse conhecimento. Então, acho que temos que acordar, o município deve estar em uma das três regiões, se está em
444uma das três regiões, no segundo passo é saber qual a bacia hidrográfica que está. Então, mais uma questão de forma de
445melhor clareza na informação. Uma outra coisa que eu gostaria que fosse acrescentado à equipe multidisciplinar, até
446porque aqui mesmo representando os Comitês de Bacias Hidrográficas não posso rasgar o meu diploma de geólogo,
447porque quando eu vejo algumas coisas aqui me dá calafrios. Então, gostaria que fosse acrescentado, e sabemos que a
448FEPAM tem o profissional chamado geólogo. Quando leio aqui: *Geologia e geomorfologia – relevo formado por planaltos*
449*com afloramento de rochas, dificultando a atividade agropastoril.* Isso para mim não quer dizer nada. Quer dizer, se foi
450colocado no papel e transcrito no papel, na verdade, com respeito ao grupo, também não disse porque se colocou isso aqui,
451senão tivesse não ia fazer diferença nenhuma. Esse comentário que eu fiz é do Município de Antônio Prado. Lá no
452Município de Três Passos, ali, pelo menos, colocaram *geologia;* outras considerações: *Três Passos possui uma jazida de*
453*rocha vulcânica básica;* mas e aí? Isso também continua solto. Então, gostaria que fosse acrescentado um profissional da
454área de geologia para fazer a análise desses processos, da documentação, para tentarmos qualificar mais os relatórios que
455vêm para a análise deste Conselho. Obrigado. **Sr. Presidente:** Observação registrada. Continua em apreciação, com a
456palavras os Srs. Conselheiros. Considerando não haver nenhuma inscrição, colocamos, então, em votação a habilitação dos
457municípios de Antônio Prado, Três Passos e Cacique Doble. Conselheiros contrários manifestem-se levantando o cartão de
458votação. Conselheiros que se absterem; duas abstenções. Aprovado por maioria. Estão habilitados os municípios de Antônio
459Prado, Três Passos e Cacique Doble. Sr. Prefeito mãos à obra. Muito obrigado Sr. Presidente pela sua explanação.
460Considerando que acreditamos não haver necessidade de maiores insumos para uma discussão que poderá-se prolongar
461desnecessariamente, correndo o risco, não sei, algum assessor jurídico poderia-me dizer, mas correndo o risco de
462descumprimento regimental. Transfiro Vila Maria e Fagundes Varela para a próxima reunião, juntamente com os municípios
463que vierem solicitar a sua habilitação e que a Câmara Técnica considerar como tendo cumprido os precedentes
464necessários. Então, Vila Maria e Fagundes Varela virão à pauta na próxima reunião. Neste meio tempo, além de como
465Presidente do CONSEMA, faremos contato com os Srs. Prefeito, possivelmente por meio de um ofício circular, para que
466busquem também, não estou querendo questionar aqui o seu parecer, Dr. Irineu Schneider, mas que busquem enriquecer,
467então, os seus Conselhos com outras Entidades, a fim de que não fique dúvidas quanto a natureza. E que, efetivamente,
468passem a funcionar. Item três da pauta, retomando, portanto, a pauta normal. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Mas, Sr. Presidente,
469em relação aos dois municípios de Fagundes Varela e Vila Maria. **Sr. Presidente:** Sr. Conselheiro Valtemir da FAMURS,
470encerrada a discussão. Ano Estadual das Águas, conforme combinação com a comissão estamos colocando cinco minutos
471para que façam uma colocação breve dos trabalhos da comissão. Por gentileza, venham aqui. É bom que os Conselheiros
472conheçam e saibam, as integrantes da comissão. Com a palavra Ada Picolli. **3. Ano Estadual das Águas – Manifestação**
473*da Comissão. Sra. Ada Picolli:* Boa-tarde Srs. Conselheiros e demais participantes da reunião de hoje. Sou servidora da
474METROPLAN, faço parte da Comissão Organizadora do Ano Estadual das Águas, e aqui comigo estão as colegas Suzana
475Dartora, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, e a colega Sandra Polino, da Secretária de
476Educação do Estado, que também faz parte da Comissão Organizadora do Ano Estadual das Águas. Este ano de 2004, no
477final deste ano, em dezembro, completamos 10 anos da sanção governamental, a Lei n.º 10.350/94, a lei estadual que
478estabeleceu os princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, em um processo culminante com o
479processo iniciado com a criação, na década anterior, dos pioneiros comitês finos de Gravataí, no Estado do Rio Grande do
480Sul. Diversas Entidades estiveram empenhadas nesse processo, que culminou com a sanção da lei, e desde, então, ela foi
481implantada imediatamente, o Conselho de Recursos Hídricos foi reformulado e foi criado o Departamento de Recursos
482Hídricos e Saneamento na SOPS, posteriormente, Departamento de Recursos Hídricos na SEMA. Hoje o Rio Grande do Sul

483 conta com o Sistema de Gestão das Águas, que tem reconhecimento Nacional, que está entre os mais prestigiados, com 16
484 comitês instalados em funcionamento e um ou outro comitê ainda não instalado, mas já criado, e congregando mais de 500
485 Entidades representativas da sociedade civil organizada, entre representantes dos usuários da água e da população da
486 bacia, e mais os órgãos governamentais que os compõem. A Lei n.º 10.350 foi e continua sendo um marco importante para
487 a política ambiental e para as políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico auto-sustentável.
488 Então, nada mais justo que se comemorasse os 10 anos da sanção da lei por meio de um esforço conjunto que iniciou com
489 a proposição de um grupo de Entidades para que 2004 fosse declarado, oficialmente, como o Ano Estadual das Águas. O
490 objetivo, então, além de comemorar esses 10 anos da sanção da lei, que houvesse um esforço conjunto entre a sociedade
491 civil e os órgãos de Estado, privados e públicos, nesse sentido completar a implementação do sistema estadual e consolidar
492 a gestão das águas no Rio Grande do Sul. A proposta foi encaminhada ao Secretário de Meio Ambiente, que a encaminhou
493 ao Governador, e no dia 22-03, Dia Mundial da Água, foi assinado o decreto que cria o Ano Estadual das Águas 2004, no
494 Rio Grande do Sul, Decreto n.º 42.958. Posteriormente, por meio de portaria do Secretário, foi criada uma Comissão
495 Organizadora, qualquer não tem caráter governamental, é a reunião de algumas pessoas ligadas a algumas das Entidades
496 que estão se movimentando para uma série de atividades, várias linhas de ação, que depois a Suzana fala um pouquinho,
497 que são elas: além de mim, a Dra. Alfa Rosa Teixeira, pelo Layons Clube; Ana Elisabete Carara, pelo Conselho Regional de
498 Biologia; Andréia Jabronsk, pela FAMURS; Cesi Oliveira, pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Ações em Saneamento
499 Ambiental, Eva Vilma Soares de Luca, pelo DRH da SEMA; Luiz Antônio Crassi, pela ABES-RS; Sandra Garcia Polino, pela
500 Secretaria de Educação e Suzana Dartora, pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Informações sobre as atividades,
501 sobre o que se está fazendo, pode ser obtidas conosco, depois podem-me procurar e eu passo o correio eletrônico, assim
502 como as colegas. A Suzana pode falar um pouco das iniciativas que vêm ocorrendo. **Sra. Suzana Dartora:** Boa-tarde a
503 todos. Além de articular as atividades que as instituições, normalmente, já programam nessas questões ambiental, em
504 especial com relação à água, a nossa comissão também pretendo incentivar para que aquelas instituições que não tenham
505 nada ainda programado, programem, principalmente dentro das instituições com os seus funcionários, atividades para que
506 tenham maior conhecimento sobre as gestão dos recursos hídricos. Aqueles que não poderem por falta de recursos, ou de
507 pessoal, de alguma maneira providenciar, que, então, juntem-se às instituições que já estão organizando e façam uma
508 parceria auxiliando na programação das atividades, no desenvolvimento dos projetos. E que também auxiliem para que a
509 gente divulgue as atividades do ano. Quem não poder programar nada, então, que nos ajude a divulgar as nossas
510 atividades. A Comissão Organizadora se dividiu por linhas de ações e já temos vários projetos em andamento, alguns já
511 sendo implementados ainda neste ano, como no caso da linha da educação. Temos projetos que a Sandra depois vai
512 explicar para vocês, na linha da educação, temos projetos na linha da comunicação, que vou citar, que a partir de uma
513 pesquisa que estamos realizando com a sociedade gaúcha para saber qual a percepção do povo a respeito da gestão das
514 águas. Nós vamos, agora, uma primeira etapa em junho realizar, e depois o desenvolvimento de uma série de atividades, a
515 segunda etapa em dezembro, para a gente poder medir o que mudou nesse período. Outro projeto importante além da
516 pesquisa é o Minuto da Água. Nós pretendemos, já estamos nos esforçando, já conseguimos alguns patrocinadores,
517 implementar uma programação em todas as tvs e rádios do Estado um minuto contendo esclarecimentos para a sociedade
518 sobre a gestão da água. Então, são vinte programas e o conteúdo vai avançando conforme vai passando o tempo. Outro
519 projeto importante também, que podemos citar para vocês, que já está em andamento, é uma parceria com a ACNBB,
520 Assembléia Legislativa, a Comissão do ano também, estamos realizando em todas as paróquias do Estado, que são
521 aproximadamente setecentas, formação de grupos de estudo nas paróquias sobre a gestão da lei. Então, estamos
522 distribuindo um exemplar da lei, exemplares de manual de como estudar a lei, para a sociedade que não conhecem termos
523 técnicos. Este trabalho acreditamos que terá um grande alcance e nos ajudará muito a mudar a percepção da sociedade
524 com relação a esse tema. Eu vou passar para a Sandra citar alguns da área de educação. **Sra. Sandra Garcia Polino:** Eu
525 trabalho na Divisão de Educação Ambiental, da Secretaria de Educação, e engajados no Ano Estadual das Águas estamos
526 iniciando dois projetos, os quais chama-se, em nível de primeiro grau, Projeto Comitezinho, e ao alcance das escolas de
527 segundo grau o Projeto Atitude Ecológica. Então, resumidamente, os projetos, o nosso público alvo do Projeto Comitezinho
528 envolve alunos da primeira à terceira série, e da quarta à oitava série os do ensino fundamental. Eles estão sendo
529 desenvolvidos por meio de escolas pilotos, em todas as escolas da rede estadual de ensino. No primeiro momento, então,
530 vamos trabalhar com uma coordenadoria e com uma escola das demais, porque não há condições de desenvolvermos o
531 projeto direto em todas em função dos custos. Qual o objetivo, então, desse trabalho? É desenvolver todo esse projeto
532 voltado para a questão ambiental, mais especificamente com o tema de recursos hídricos, dentro, então, de uma
533 metodologia acessível e que seja atrativa para os alunos do ensino fundamental. Dessa forma, então, possibilitando aos
534 alunos, e também aos professores, que tenham a oportunidade de desenvolver em sala de aula esse tema, que, na
535 verdade, é tão desconhecido ainda pelos alunos e também pelos professores. A importância do projeto que vemos é a
536 questão de decodificarmos os temas relativos à questão de recursos hídricos e proporcionarmos discussão em sala de aula,
537 tanto para maior compreensão dos professores quanto dos alunos. Para isso, então, vamos precisar de apoio,
538 patrocinadores, na qual já temos alguns, mas, certamente, no futuro, para dar continuidade ao projeto, precisaremos de
539 mais pessoas que se engajem. E o Projeto Atitude Ecológica é voltado ao segundo grau, da mesma forma também vai dar
540 um enfoque espacial para a questão dos recursos hídricos, dentre outros temas voltados à questão ambiental. Então, dia
541 22-06, próximo, terá, então, reunião com os coordenadores de educação, na qual será passada toda a idéia, toda a
542 proposta do projeto. E a partir daí, então, poderemos dar suporte aos professores para que possa ser implementado nas

543 escolas. Muito obrigada. **Sra. Ada Picolli:** Só aproveitar que estamos aqui na Câmara de Vereadores e citar alguns projetos
544 na área parlamentar também. A Assembléia Legislativa está desenvolvendo curso de capacitação para os deputados
545 estaduais e para todos os vereadores municipais, em novembro. Pretendemos realizar esse curso depois das eleições para
546 aproveitar um maior espaço de tempo aos nossos legisladores preparados. Também gostaríamos de citar aqui, já que tu
547 falaste em patrocínio, Sandra, a REFAP e a CORSAN, que já são dois patrocinadores do Projeto Atitude Ecológica,
548 possivelmente, Comitezinho também, e queremos também pedir que as instituições aqui presentes nos ajudem nesse
549 sentido de usar o logo do ano, que isso ajuda muito a divulgar e não custa nada. Quem tiver interesse é só nos falar que a
550 gente repassa como usar e o material. Queremos agradecer o espaço destinado as nossas atividades e estamos à
551 disposição, todos os integrantes da comissão. Muito obrigada. **Sra. Suzana Dartora:** Todas as programações do Ano
552 Estadual das Águas culminam no dia 08-12, um grande evento, na Assembléia Legislativa, então, fazendo a comemoração
553 ao aniversário de 10 anos da sanção da lei. Obrigada. **Sr. Presidente:** Não sei se algum Conselheiro gostaria de fazer
554 alguma manifestação, senão, agradecemos às representantes da comissão e dizer que este Conselho também se coloca
555 como parceiro na realização desses eventos e desse processo todo, que tem uma finalidade muito nobre e é oportuno.
556 Muito obrigado. **Sra. Suzana Dartora:** Um segundo só, Dilda, por favor. Já que está aqui o Conselheiro Susin, porque
557 temos inúmeros projetos, inúmeras atividades, é impossível ficar colocando todas aqui. Como ele está presente, há o
558 Projeto Sociedade Mobilizada em Defesa da Água, que está sendo implementado também no Estado em sintonia com os
559 outros projetos de educação ambiental, e vale ressaltar o trabalho do pessoal. **Sr. Presidente:** Só observar que as imagens
560 que os senhores estão vendo são aqui do Município, da Bacia do rio Gravataí. Então, muito obrigado à comissão. E
561 passamos para o tema, imediatamente, seguinte. Vera, então, a pedido da AGAPAN, a SEMA estará apresentando agora. E
562 na seqüência, Vera, já podemos, então, vincular a apresentação da situação atual do Módulo I e perspectivas para o Módulo
563 II do Pró-Guaíba, e em seguida, considerando que a mesma fonte de informação vai ser a Vera, CONFEMA 2004. Com a
564 palavra Vera Calegare. **4. Apresentação da Situação Atual do Módulo I e Perspectivas para o Módulo II, do Programa**
565 **Pró-Guaíba do Governo do Estado, com financiamento do BID.** **Sra. Vera Lúcia Calegare:** Boa-tarde, Srs.
566 Conselheiros, Sr. Presidente. Então, a pedido da AGAPAN vamos fazer uma apresentação sucinta do Programa Pró-
567 Guaíba. Peço desculpa a alguns Conselheiros que já conhecem bastante o programa, mas vou procurar fazer uma síntese
568 do programa para localizar a situação em relação ao Módulo II. O Programa Pró-Guaíba, todos os senhores sabem,
569 começou no ano de 1991, aproximadamente, foi no Governo Simon, quando se começou, então, a traçar um programa que
570 viesse resolver os problemas relativos, mas pensando na questão de saneamento e na questão mais do lago Guaíba. O
571 programa passou por várias modificações e ampliou a sua conceituação. E foi, então, finalmente, criado como um programa
572 integrado envolvendo várias questões da gestão ambiental, inclusive, resíduos sólidos, biodiversidade, e principalmente
573 ações de educação ambiental. Inicialmente ele foi executado pela Secretaria de Planejamento, até 2002, e depois da
574 criação da Secretaria de Meio Ambiente, então, depois passou para a Secretaria do Meio Ambiente. Os objetivos principais,
575 então, seriam da gestão ambiental criando condições para esse desenvolvimento sustentável e promovendo a recuperação
576 da qualidade ambiental, por meio de informações e promovendo uma estrutura institucional para que se conseguisse ação
577 de gestão adequada. Só para lembrar, então, a região hidrográfica do Guaíba é composta de 09 bacias hidrográficas, no
578 qual a bacia do Gravataí está incluída, e concentra um terço da área do Estado e dois terços da população do Estado. O
579 programa, então, foi concebido, as diretrizes do programa foram concebidas a partir de um diagnóstico da região, realizada
580 em 1993, que apontava para um comprometimento muito sério dos rios, principalmente na região metropolitana. A
581 necessidade também de se implantar, de se ampliar o percentual de áreas protegidas. O problema dos esgotos, o
582 lançamento de esgotos, a disposição inadequada de afluentes e agrotóxicos, enfim, essas seriam as maiores triquididades
583 levantadas nesse diagnóstico realizado em 93. Então, foi traçado o chamado *mapa da poluição*, e que, realmente, os
584 problemas de resíduos sólidos eram bastante sérios, continuam, mas eram na época, a questão dos agrotóxicos e a
585 questão da poluição industrial. Então, foi concebido em módulos, com limite de tempo de aproximadamente 20 anos, em
586 que se esperava cada módulo um espaço de tempo, que se estimava de 4 a 5 anos. O Módulo I se iniciou, efetivamente, no
587 segundo semestre de 95, mas por problemas operacionais, problemas de contrapartida do Estado e do financiamento,
588 deverá-se estender até o completo término, até 2005. A partir daquele diagnóstico, então, estabeleceu-se as estratégias de
589 ação, concentradas principalmente em obras de caráter emergencial e orientação de novas formas de integração e
590 capacitação das instituições. A composição financeira do programa, então, era composta, total do programa 220.000.000 de
591 dólares, sendo que 60% do banco BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, e 40% contrapartida local do Estado.
592 Este é só o diagrama que foi criado, essa parceria com os chamados *co-executores institucionais*, que participaram
593 diretamente do Módulo I, que partiu, então, de um fundo Pró-Guaíba, que se criou logo a seguir os Conselhos deliberativos
594 e consultivo, e uma Secretaria Executiva, apoiada por uma gerenciadora. Só para colocar o que já conseguimos, algumas
595 intervenções do Módulo I, nos diferentes componentes do programa, nesses primeiros anos de programa. Em relação à
596 poluição, ao controle da contaminação industrial e doméstica, então, várias intervenções foram feitas, emergenciais, como o
597 esgotamento sanitário de Cachoeirinha e Gravataí, em Porto Alegre também, plano de ações para o controle da poluição
598 industrial e a questão relacionada com os resíduos sólidos e a rede de monitoramento ambiental que se estabeleceu nesse
599 Módulo I. Aqui são alguns dados que vamos passar rapidamente, aquele do esgoto de Cachoeirinha e Gravataí, as
600 intervenções em Porto Alegre nessa questão do esgotamento sanitário, mais de 300.000 pessoas foram beneficiadas nesse
601 Módulo I. Esses são os investimento feitos na área dessa estação de tratamento de Cachoeirinha e Gravataí e na questão
602 de Porto Alegre a questão dos resíduos sólidos. Por meio da METROPLAN foi realizado um Plano Diretor de Resíduos

603Sólidos para a região metropolitana, que definiu, então, a forma mais adequada para a gente trabalhar com essa questão
604dos resíduos sólidos. É hoje ainda um documento muito utilizado, está agora em fase de atualização pela própria
605METROPLAN. Em Porto Alegre, o DMLU – *Departamento Municipal de Limpeza Urbana*, também fez uma série de
606intervenções, nos aterros sanitários da Extrema/Lami, Santa Tecla também incorporou como contrapartida o Módulo I; a
607unidade de triagem importante também, um trabalho feito de educação ambiental com recicladores e nas escolas da rede
608pública do Município. Em relação ao Plano de Controle da Poluição Industrial, cujo executora é a FEPAM, foram inicialmente
609cadastradas as 500 empresas mais poluidoras do Estado, que na ocasião não se tinha nem esse cadastro. Então, foi uma
610contribuição do programa, que possibilitou a obtenção dessas empresas mais poluidoras. Na rede de monitoramento
611ambiental o grande passo que se deu foi o estabelecimento de uma rede permanente de monitoramento da qualidade de
612água superficial, que abrange 90 pontos de coleta, principalmente junto a áreas de capacitação de água para abastecimento
613urbano e também em alguns pontos que se monitora a questão da poluição industrial. Também algum monitoramento de
614águas subterrâneas. E agora, em dezembro de 2003, essa rede de controle da água superficial, coordenada pela FEPAM,
615construiu o primeiro índice de qualidade, obtida por meio da padronização de coletas e análises que foram feitas durante
616esse Módulo I. O programa feito em parceria com a EMATER – *Manejo do Solo e Controle de Agrotóxico*, é um programa
617ainda em execução, e foi muito importante se constituir um elemento importante nas intervenções desse Módulo I. E as
618atividades se concentraram principalmente na área de conservação do solo, agroecologia e também no projeto de
619reflorestamento ambiental. Então, no Projeto de Reflorestamento e no Projeto de Controle de Agrotóxico e Agroecologia em
620Microbacias, tivemos já um total de 8.650 famílias beneficiadas. E o Programa de reflorestamento Ambiental que trabalha
621com pequenos agricultores, principalmente em áreas de preservação permanente, encostas de morro e margens, mata
622ciliar, recomposição de mata ciliar, já reflorestou cerca de 10.000 hectares, aproximadamente. Esse fundo rotativo
623permanente, que é coordenado pela EMATER também, continua o fundo em execução, agora está em uma fase de
624avaliação pela EMATER. E logo, então, com o fundo que está retornando a EMATER continuará com o programa. Também
625é importante, foram selecionadas algumas unidades de conservação nesse Módulo I, aquelas que eram mais fortemente
626ameaçadas por estarem na região metropolitana, como Parque Delta do Jacuí e o Parque de Itapuã. O programa também
627propiciou o estudo para implantação de novas áreas de preservação, novas unidades de conservação. E se terminou,
628então, com 23.671 hectares efetivamente protegida com a participação da Fundação Zoobotânica e da Secretaria do Meio
629Ambiente, Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, o DEFAP. No caso dos estudos, muito importantes foram os
630estudos relacionados a essa formação em Candelária, onde ocorrem sítios paleontológicos, com fósseis do triásico e que foi
631descrito pela primeira vez, esse fóssil com *Embasauros Candelarienses*, que se tornou um ícone da região e é, então, muito
632utilizado para atrair para atividades de ecoturismo e vai-se implantar ali, o programa está propiciando a implantação de um
633parque paleontológico. A atividade de educação ambiental, a parte de educação ambiental formal em parceria com a
634Secretaria de educação trabalhou inicialmente com escolas polo e agora, então, está trabalhando nesse Plano Diretor de
635Educação Ambiental para o Rio Grande do Sul, que agora acrescenta algumas formas de atuação, uma vez que a Política
636Estadual de Educação Ambiental está passando por uma estrutura fase de construção. Então, tivemos investimentos já de
637R\$ 900.000, aproximadamente, mas as atividades continuam no programa, principalmente atividades de educação não
638formal. Esse é o exemplo de uma atividade desenvolvida no Jardim Botânico de Porto Alegre. O SIG – Sistema de
639Informação Geográfica que se estabeleceu no Módulo I, consideramos um dos produtos mais importantes do programa,
640porque nos deixou, então, uma ferramenta para a gestão ambiental mais adequada. Ele é executado diretamente pela
641Secretaria do Pró-Guaíba, na Secretaria do Meio Ambiente, mas ele montou 14 laboratórios durante o Módulo I, em
642diversas instituições do Estado, e que tem uma base que hoje está em conclusão, a base para 50.000, que vai-nos dar uma
643ferramenta importante para gestão da região. Inclusive os municípios que estão-se habilitando procuram muito essa base
644para a elaboração do seu plano ambiental. Então, esses são os 15 laboratórios que foram estabelecidos nos co-executores
645e que tem um desenvolvimento muito associado com o Programa Pró-SIGA. O Pró-SIGA é um sistema de formação de
646apoio à gestão ambiental, que está dando um suporte bastante grande para a elaboração do plano diretor da região
647hidrográfica do Guaíba. E é uma ferramenta de suporte para o gerenciamento e monitoramento constante do programa, do
648andamento do programa. Ele gera mapas temáticos, enfim, serve para acompanhar o programa. O Plano de Comunicação
649Social, que é coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria Executiva do programa, que é basicamente
650voltado para essa parte de sensibilização, da parte de mudanças, de sensibilizar, mobilizar a população para a questão
651ambiental e a questão da preservação das aves. No caso do Programa de Desenvolvimento Institucional, a capacitação de
6526.250 participantes e por meio de 179 eventos, e que envolveram todas as instituições parceiras com um resultado bastante
653positivo. E ainda continua, que agora em 2003, no segundo semestre, o primeiro semestre de 2004, também já
654aconteceram cursos de treinamento na área de geoprocessamento. O Plano Diretor, então, é a ferramenta que nos dá e
655estabelece as diretrizes para continuar as intervenções e a gestão ambiental da região. Nesse momento já está concluído
656um diagnóstico da região, que foi atualizada em 2003, está-se trabalhando, então, com a questão das demandas que foram
657obtidas por meio da consulta popular, no ano de 2000. E feita, então, feita a revisão da hierarquização das temáticas e das
658demandas, tendo em vista essa atualização do diagnóstico em 2003. Então, a situação bem atual do programa, tivemos em
659maio de 2003 uma missão de inspeção do banco, que deve voltar agora a Porto Alegre para checar todas essas ações que
660foram proposta, tendo em vista que no início de 2003 o programa se encontrava com um grande passivo financeiro e
661algumas atividades bastante atrasadas, algumas metas que tinham que ser corrigidas, ou alteradas em função do
662andamento do programa. Então, foi feito um acerto entre a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria do

663Meio Ambiente e o programa Pró-Guaíba. Aqui alguns destaques de atividades acordadas nessa missão de 2003. A 664CORSAN já terminou a sua meta, que eram ligação, 16.000 em 97 ligações domiciliares, o projeto já está concluído. O 665DMAE já está, praticamente, concluído também o projeto das ligações domiciliares agora 2004, neste primeiro semestre de 6662004. No caso do sistema de parques e reservas naturais, manutenção e vigilância das unidades de conservação, que eram 667providas pelo Pró-Guaíba já passaram a ser por conta das Entidades administradoras, responsáveis pela administração, 668desde março de 2004, conforme previu acordo. Aqui, no caso das áreas para preservação, no sítio paleontológico continua, 669foi já no ano de 2003 pagos 22% total da área a ser desapropriada para implantação do parque. As outras ainda estão todas 670sob ação judicial. Então, por isso não foram quitadas ainda também, apesar que o recurso disponível não foi pago por 671problema de estar *sub judice*. E o Projeto de Reflorestamento Ambiental, no ano de 2003 houve a liberação de mais de dois 672milhões para convênios com a Associação Riograndense de Pequenos Agricultores para efetivar, então, esse PROJETO de 673Reflorestamento Ambiental. Isso era um convênio de 2002 que não havia sido pago, em 2003 nós quitamos aqueles e 674fizemos um novo convênio com a ARPA para 580 hectares, um valor aproximado de um milhão de reais. A rede de 675monitoramento da qualidade de água, que é coordenado pela FEPAM, e se entregou, então, esse relatório desse primeiro, 676que é da água superficial e que se assinou um convênio, um termo de cooperação entre as três instituições integrantes para 677que se mantenha essa rede de monitoramento funcionando. Em 2004, a Jaica procurou a Secretaria de Planejamento para 678propor ações para o melhoramento dessa própria rede de monitoramento que trata da qualidade da água, especificamente 679para a bacia do lago Guaíba. Esse é SIG – *Sistema de Informação Geográfica*, concluindo essas cartas, vão para 50.000, 680que vai-se entregar para todas as Entidades, vai-se disponibilizar, já estão disponíveis, mas depois convertidas e classificadas. 681E no caso da educação ambiental formal, está sendo elaborado o plano diretor, já foi concluído o projeto, agora está 682entrando em execução. A educação não formal se tem várias atividades, a principal delas já está incluída dentro do 683programa habitantes do Rio, do Departamento de Recursos Hídricos, dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. 684Pretende-se, então, efetivar essa romaria das águas do ano de 2004. E temos aqui também um plano de comunicação com 685várias atividades. Uma das atividades que destacamos, que começou já no segundo semestre de 2003 e continua agora em 6862004, é essa parceria estabelecida que se iniciou no Pró-Guaíba com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA para 687integrar essa força tarefa nacional do mexilhão dourado. Os senhores sabem que é uma praga que está afetando várias 688bacias, principalmente as bacias aqui da região hidrográfica do Guaíba. E essa força tarefa nacional realizou um curso de 689capacitação de técnicos ainda no mês de maio. O termo aditivo do contrato com a gerenciadora foi feito em relação aos 690valores, para que se mantenha até o final do contrato o Módulo I. Enfim, várias atividades aqui ainda vão ter que ser 691ampliadas por problemas técnicos, no caso o sistema de informação geográfica, que as cartas não foram aceitas pela 692Comissão da Secretaria de Agricultura. As cartas que tinham sido feitas pelo DSL, então, levou mais um ano para 693adequação, mas agora estão entregues, estamos trabalhando nelas. A questão da educação ambiental também, o plano 694diretor está um pouco atrasado, mas vai entrar no compasso agora com a política de educação ambiental. Enfim, são várias 695ações que tem que se readequar e que deve vir logo a missão do BID para se adequar e fazer um novo acordo para a 696finalização do Módulo I. Aqui, então, as perspectivas para o Módulo II, já temos uma estrutura preliminar para esse Módulo 697II em que foi feito com base nos critérios de hierarquização das criticidades da consulta popular de 200, que tinha separado 698550 ações, ou intervenções. Depois, após um critério de seleções chegamos a 46, relacionados esses temas, que são mais 699críticos, que permanecem críticos na região, resíduos sólidos, manejo de solo, reflorestamento, unidades de conservação, 700unidades de conservação. E chegando a essas 46 ações não contemplava ainda todos os componentes que se havia 701chegado como importantes para a gestão ambiental adequada da região em um seminário de marco. Lógico que se fez na 702metade do ano de 2003 com a participação do especialista do BID, o Eduardo Figueroa. Então, retomou-se e se reuniu por 703tipologia dando esses temas, essas prioridades, em função das criticidades, onde estão em negrito aquelas que são mais 704críticas: esgotamento sanitário, resíduos sólidos, proteção de nascentes e reflorestamento, manejo do solo agrícola, 705controle e fiscalização ambiental, e educação ambiental. Chegou-se a um quadro de custo aproximados de 142.000.000 de 706dólares para contemplar todas essas ações. Não sei se os senhores querem ver essa situação orçamentária e financeira, eu 707trouxe o Streb, que é o nosso Diretor Financeiro da Secretaria do Meio Ambiente agora, mas que acompanhou o Pró- 708Guaíba desde o início, desde o início do contrato, que pode dar um resumo rápido. Só para focalizar, terminando, depois eu 709passo para o Streb, ele pode mostrar a situação do programa, porque a pauta diz assim: *Situação do Módulo II com 710Financiamento do BID*. Então, as perspectivas fecham ali no financiamento do BID. Isso é uma reportagem, é muito recente, 711no Jornal Zero Hora, uma reportagem até muito bem elaborada pela Zero Hora, que pesquisou em vários órgãos e os vários 712componentes envolvidos no programa. Tem um pronunciamento da Secretaria do Planejamento, que é o órgão responsável 713para tratar esses financiamentos, é essa matéria aqui, do dia 05-06, Dia Mundial do Meio Ambiente. Então, aí demonstra a 714importância do programa, o que o programa trouxe para a região. A Zero Hora que buscou e pesquisou sobre o programa, 715que, realmente, o programa já tem esse enraizamento na região e já se consagrou como um programa de gestão ambiental 716para a região que toda a sociedade busca. Em relação a capacidade de financiamento pelo BID, então, aquela declaração 717da Secretaria de Planejamento, de que devido a capacidade de vedamento do Estado não poderemos assumir de imediato 718um financiamento de cento e quarenta e dois milhões de dólares. Estamos buscando outras formas, outras parcerias, para 719dar continuidade, senão de todo, mas aos poucos para implementar essas ações que vamos consolidar agora. Então, 720queria deixar essa posição. **Sr. Antônio Carlos Streb:** Boa-tarde, Sr. Presidente. Esse financiamento foi feito com o BID no 721montante de 220.500.000 dólares, o BID colocou 110.000.000 em um contrato e 22.000.000 de dólares no outro, que dá 722260%. E os co-executores, todos aqui relacionados, tinham que cobrir a contrapartida de 40%. Esses valores já foram

723totalmente investidos, já gastamos todos esses recursos aqui. O recurso do BID só serve para pagar obras e aquisição de
724investimento de equipamentos sem os impostos, os impostos foram pagos todos pelos co-executores. Então, o dinheiro do
725BID é só obra e equipamento. Tínhamos 220.500.000 dólares, mas como o contrato, o prazo não se encerrou, o Pró-Guaíba
726ainda continua, tem alguns investimentos, umas obras a fazer, já gastamos 222.000.000 de dólares. O BID está parado no
727que ele nos deu, agora o Estado, os co-executores estão continuando, já há quase 2.000.000 dólares a mais do que o
728contrato. Como já há mais algumas obras, coisas para fazer, vamos gastar mais ou menos 1.000.000 de dólares. Aqui só
729para mostrar, no ano de 2003, mesmo com a situação que está o Estado, que todos nós conhecemos, o Pró-Guaíba
730conseguiu executar no orçamento 13.500.000 e pagou 13.200.000, quer dizer, mesmo em um estado assim conseguimos
73113.000.000. E agora nesses cinco meses de 2004, no orçamento executamos 1.000.000, mas, financeiramente, pagamos
73213.500.000, que eram dívidas que tínhamos, algumas de 2002, algumas de 2003, e hoje o Pró-Guaíba está zerado. O Pró-
733Guaíba tem uma fatura pendente de maio, estão todas as faturas pagas. Em termos de reais já gastamos R\$
734337.000.000,00. Obrigado. **Sr. Presidente:** Alguma pergunta que os Srs. Conselheiros queiram formular? **Sra. Edi Xavier**
735**Fonseca:** Obrigada, Vera, pela tua apresentação. Gostaria de colocar algumas questões, primeiro: lembrar que esse projeto
736foi um projeto inovador no Estado do Rio Grande do Sul, foi o primeiro projeto que trabalhou com o conceito de gestão
737ambiental e principalmente com o conceito de região hidrográfica. É uma coisa nova e trabalhou com as bacias
738hidrográficas também, isso já desde 1989, quando foi pensado no Governo Simon, ele já tinha esse caráter inovador antes
739mesmo das leis que hoje existem. E teve uma ampla participação na sociedade, a AGAPAN participou intensamente desde
740as primeiras reuniões para a viabilização do Pró-Guaíba. Por isso que nos sentimos extremamente responsáveis pelo
741sucesso ou pelo fracasso desse programa, por fazermos parte da sua elaboração e pertencermos ao Conselho Deliberativo
742do programa. Acho que a Vera colocou, não vou precisar relatar os principais projetos, nos quais estamos de pleno acordo,
743mas gostaria de destacar alguns projetos que achamos que são inovadores e que deveriam ser mantidos. Por isso o nosso
744temor, o nosso medo, e até de pautarmos essa questão no CONSEMA, Vera, em função da fragilidade que está o Pró-
745Guaíba hoje, da sua continuidade. Eles são importantes, merecem e devem ser implementados, senão essa quantia de
746220.000.000 de dólares que foram investidos e é dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul, 60% disso é de dívida do
747Estado, sob pena de todo o esforço que foi feito, ele não ter a continuidade. Nós sabemos, todos que trabalham na área
748ambiental, esse projeto de monitoramento, tanto da qualidade de ar como da qualidade da água, do controle da poluição por
749essas quinhentas indústrias que foram detectadas, o incentivo e apoio a projetos como de reflorestamento ambiental, da
750agroecologia; enfim, poderia citar vários projeto. Se eles não tiverem de fato um apoio dos órgãos governamentais não vão
751para frente. Então, na verdade, vamos ter tido um investimento muito grande e vamos ter uma perda ao longo do tempo
752desse processo. E colocar também, outra coisa que eu considero importantíssimo, é que o Pró-Guaíba vai ser o primeiro
753programa que vai ter o indicador de qualidade ambiental. Não sei se tu chegaste a ressaltar isso, não me lembro, tu falaste?
754É, então, acho isso extremamente importante, porque vamos ter um índice Pró-Guaíba de qualidade ambiental. Isso vai ter
755um parâmetro para todos os projetos, todos os financiamentos e até mesmo para os licenciamentos da própria FEPAM. **Sr.**
756**Mauro Gomes de Moura:** Conselheira Edi, podia reduzir a sua apresentação um pouco? Porque temos várias pautas
757ainda. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Então, Vera, gostaria de ver, saiu no jornal esta semana, terça-feira, um comentário do
758GICA, que é uma agência internacional de cooperação japonesa, muito interessada em patrocinar 221.000, a fundo perdido,
759para o desenvolvimento de estudos do comportamento da hidrodinâmica e da dispersão das cargas contaminadas no
760Guaíba. Esses japoneses, que eu não conheço, conheço essa agência, já fez alguns trabalhos aqui, acho que até, inclusive,
761no próprio Mar de Dentro. Eles, visitando o Guaíba, a olhos nus detectaram que o Guaíba tem muitos problemas. Então,
762gostaria de ver contigo qual o esforço de fato que este Governo está fazendo para que se tenha a continuidade do Pró-
763Guaíba. **Sra. Vera Lúcia Calegari:** O que estamos fazendo é isso, Edi, vamos finalizar esse Módulo I, que temos que
764terminar para fazer ainda a avaliação *expost* para o programa, que é uma cláusula contratual com o BID. E o projeto já está,
765o programa lá se encontra na carteira do BID, e na própria matéria, essa que foi dada, uma entrevista feita com o Eduardo
766Figueiroa, no qual ele deu por *e-mail* uma matéria que não foi alterada, textualmente ele colocou e sempre coloca que o
767programa no entender do banco é um programa que obteve bons resultados. Para eles, financiado pelo BID, é o maior
768programa nessa área na América Latina, e que o nosso problema é só de equacionar a questão financeira do Estado com a
769disponibilidade, a capacidade de indvidamento para assumir nova dívida. É claro que ele já se transformou em um
770programa de gestão da região, e muitas ações que foram apontadas no Plano Diretor e que continuam-se mostrando como
771criticidades, continuam-se mostrando como problemas importantes para essa gestão ambiental da região. Já vem sendo
772tomadas por outras fontes, outros organismos vão tomando o financiamento, vão fazendo intervenções que estão
773contemplando isso que já foi levantado como programa. Então, nesse sentido o programa é muito importante e que a
774Secretaria do Meio Ambiente está procurando a institucionalização do programa definitivo. Talvez o programa ainda neste
775ano, no Ano Estadual das Águas, saia como a primeira agência de águas do Estado, porque o Pró-Guaíba se configura
776realmente com um papel de uma agência de águas, conforme previsto na nossa lei gaúcha das águas, no Sistema Estadual
777de Recursos Hídricos, o apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas no sentido de se conseguir uma gestão ambiental
778adequada. no momento é isso, estamos buscando, agora, provavelmente, vai sair essa cooperação Técnica com a Jaica e
779outras ações que estão-se buscando. **Sr. Guilherme Dornelles:** A AGAPAN solicitou a apresentação por parte da
780Secretaria Executiva do Programa do Pró-Guaíba neste Conselho, porque como vocês puderam perceber, os Conselheiros
781puderam perceber, alguns investimentos têm auto retorno, como saneamento, erosão, controle de agrotóxicos. E
782gostaríamos de saber com relação a continuidade do programa, qual a intenção do Governo em termos orçamentários de

783aumentar a participação do orçamento do Estado nesse programa. Eu faço parte do Conselho do Pró-Guaíba há 11 anos e
784tivemos lá que fazer algumas correções no Módulo I, mas nesses 11 anos de trabalho se elaborou uma proposta para o
785Módulo II, que no mínimo foram 5 a 6 anos de planejamento para essa proposta. Então, em termos de retorno, de
786investimento para o Estado, a melhor proposta que existe hoje é o Pró-Guaíba, reconhecida pelo Banco Interamericano.
787Então, fica o questionamento, a gente traz essa questão para o CONSEMA, de que eu acho que deveríamos abrir na
788próxima reunião um ponto de pauta específico para que o Governo do Estado apresente a sua posição com relação ao Pró-
789Guaíba. Há uma série de dados que gostaríamos de ter acesso também, independente das propostas que estejam surgindo
790de outras fontes financiadoras, mas acho que a Secretaria do Meio Ambiente tem um papel preponderante agora de trazer
791uma posição oficial para este Conselho. Acho que a gente poderia fazer um convite ao Conselho Estadual de Recursos
792Hídricos, para que venham também, na mesma ocasião, manifestar-se com relação a questão da transformação do Pró-
793Guaíba na agência, já que esta semana foi aprovada a lei que vem a viabilizar a criação das agências. E o mais importante
794de tudo é que os recursos arrecadados na bacia vão ser e só poderão ser investidos na própria bacia. Então, fica essa
795proposta para a Mesa, de que o assunto não se esgote aqui. Encerrando, a Edi pediu para que fosse solicitado os dados,
796mas eu não consegui, Edi, saber quais são, especificamente, os dados que tu estavas falando. **Sr. Mauro Gomes de**
797**Moura:** Eu vou pedir ao Conselheiro da AGAPAN e aos outros Conselheiros, achamos a pauta importante, que formalize
798esse pedido ao CONSEMA e o CONSEMA vai consultar o Governo, e vai trazer esse assunto na próxima reunião ou na
799outra, de forma documentada. Então, peço aos Conselheiros a queiram levantar suas questões com relação ao programa
800Pró-Guaíba, principalmente ao Módulo II, que oficializem ao Presidente do CONSEMA para que a gente possa pautar essa
801reunião adequadamente para a segunda reunião. Se fosse possível já encaminhar esta semana esse pedido para a
802Presidência do CONSEMA. Não sei se a Dra. Vera quer complementar alguma coisa, senão passaremos à discussão do
803CONFEMA 2004. **Sra. Vera Lúcia Calegari:** Os dados todos são públicos, que estão nas Secretarias Executivas são
804disponíveis para todos. Não temos para distribuir porque não temos recursos, às vezes, para reproduzir. **Sra. Edi Xavier**
805**Fonseca:** E por *site*? **Sra. Vera Lúcia Calegari:** Não, o *site* não está ainda porque estamos reconstruindo e atualizando,
806mas os dados todos estão disponíveis lá na Secretaria Executiva, no Centro Administrativo do Fernando Ferrari, lá no CAT,
807vulgo CAP, 19º andar. Lá estão disponíveis a todos os Srs. Conselheiros e a toda a sociedade, a todos que quiserem
808consultar. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Dra. Vera, agradeço à apresentação da situação do Módulo I e perspectivas do
809Módulo II. Eu lhe peço que passe à apresentação das temáticas propostas para o CONFEMA 2004. **5. CONFEMA 2004 –**
810**Temática Proposta. Sra. Vera Lúcia Calegari:** Sr. Presidente, e havia feito uma apresentação, mas dado o adiantado da
811hora vou-me abster da apresentação e falar de uma forma geral. Dentro ainda da Comissão organizadora do Ano Estadual
812da Água, dentro da Conferência Estadual do Meio Ambiente, a CONFEMA, a qual eu já havia apresentado na sessão deste
813Plenário. Este ano vai, então, tratar da temática em relação à água e a temática proposta, aprovada pela comissão
814Organizadora, na qual tem na no texto que os senhores responderam. É essa sobre a consolidação do Sistema Gaúcho de
815Recursos Hídricos como instrumento de modernização e valorização da gestão ambiental no Rio Grande do Sul.
816Basicamente é essa integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental. Nós colocamos como forma
817prevista no Regimento da CONFEMA, regimentalmente está previsto que esse documento seja homologado pelo
818CONFEMA antes da sua distribuição geral à sociedade. Então, passamos ao CONFEMA para a sua apreciação e em
819seguida estamos passando aos comitês e Conselhos de Recursos de Hídricos e para os diferentes segmentos da sociedade
820que irão participar dessa conferência. Eu me coloco à disposição para algum esclarecimento, mas esse, então, seria o texto
821base da CONFEMA 2004. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Dra. Vera, a senhora podia informar com quem as pessoas pode-
822se relacionar ou procurar informações sobre o CONFEMA. **Sra. Vera Lúcia Calegari:** A CONFEMA 2004 tem uma
823Comissão Organizadora, da qual eu represento, sou coordenadora, que está aqui na primeira folha do programa, que tem-
824se reunido periodicamente. E as informações poderão ser obtidas junto à Secretaria do Meio Ambiente, no 9º andar, da
825Carlos Chagas, n.º 55 – Centro, junto à Assessoria Técnica. Logo, após a essa aprovação, criaremos uma página na SEMA,
826um *link* na página da SEMA com todas as informações da CONFEMA. Ela está prevista para acontecer a Plenária final em
827Porto Alegre, dias 20 e 21 de novembro deste ano. E vão acontecer sete pré-conferências, abrangendo diferentes regiões e
828bacias hidrográficas, e contarão, fundamentalmente, com a participação efetiva dos Comitês de Bacias dos COREDs, dos
829municípios, para essa realização das pré-conferências. Após a realização das pré-conferências que estão previstas para
830agosto e setembro. Em outubro teremos em parceria com a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, uma
831vídeo conferência, que reunirá todos os temas, as propostas, emendas apresentadas nas pré-conferências, no sentido de
832mobilizar e sensibilizar toda a sociedade para que participem da Plenária final em Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de
833novembro próximo. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Os Srs. Conselheiros receberam a temática proposta. Eu solicito aos Srs.
834Conselheiros que têm alguma contribuição com relação ao assunto. Eu só pediria, estamos no tema cinco, são dez, temos
835mais cinco temas a tratar, se pudessem objetivos. O Conselheiro da AGAPAN pediu a palavra. **Sr. Guilherme Dornelles:**
836Em primeiro lugar, elogiar o trabalho desse grupo, que está excelente a proposta. Eu queria lembrar e fazer uma proposta
837para enriquecer essa proposição, de que recentemente foi noticiado que o Ministério das Cidades está com uma linha de
838financiamento de financiar para 1.600 municípios a elaboração dos seus Planos Diretores. E a questão urbana aqui foi
839tocada de leve na proposta. Eu acho que precisaríamos dar uma certa ênfase também na questão urbana e colocar aqui em
840um dos debates a questão do debate entre a divisão política e a divisão por bacia hidrográfica do espaço urbano. Nós temos
841enfrentado quase que semanalmente em Porto Alegre essa disputa. As unidades de planejamento das Prefeituras são
842divisões políticas e não por bacias hidrográficas. Então, vamos aproveitar o Ano Estadual das Águas e todo esse movimento

843nacional, porque essas Prefeituras, em torno de 1.600, elas têm até 2006 para apresentar o seu Plano Diretor, em acordo
844com o Estatuto das Cidades, que tem um componente ambiental forte. E vamos dar uma ênfase também nessa questão da
845divisão política da unidade de planejamento no município, introduzirmos a bacia hidrográfica como unidade de
846planejamento, na elaboração dos Planos Diretores de fato, porque os nossos arquitetos e urbanistas dizem que existe a
847unidade de planejamento, mas na prática não se configura. Obrigado. **Sr. Sérgio Cardoso:** Guilherme, essa tua
848preocupação é oportuna no sentido que este Conselho aqui tem uma ferramenta muito, digamos, poderosa para
849começarmos a fazer isso acontecer. É só este Conselho definir que nos planos ambientais a unidade de planejamento, além
850do município, seja subacias que fazem parte do município. Quer dizer, se começarmos a fazer com que os planos
851ambientais por subacias, dentro do território para planejar, já vamos tencionar que essa questão do oneramento territorial
852venha à pauta. Deixo até como sugestão pensarmos em um encaminhamento desse assunto, é trazer para este Plenário a
853responsabilidade de exigir que os planos ambientais que estão sendo construídos no Rio Grande do Sul tenham como sua
854unidade de planejamento a subacia dentro do município, que isso hoje nem é visto de perto pelos planos que estão sendo
855construídos. Obrigado. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Conselheiros, solicito que se mantenham dentro da pauta. Apesar do
856assunto ser importante deveria ser tratado em Assuntos Gerais. Alguém mais tem alguma contribuição para o CONFEMA?
857Agradeço, Profª. Vera, a apresentação da proposta da temática para o CONFEMA 2004. **6. Apreciação da Minuta de**
858**Decreto que Regulamenta a Lei n.º 11.730, de 09-01-2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política**
859**Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação Ambiental.** Os Conselheiros receberam a
860minuta do decreto, item seis da pauta, que regulamenta a Lei n.º 11.790. Pergunto aos Conselheiros, os senhores se acham
861em condições de discutir nesse momento esse decreto e votar, ou passamos essa discussão para a próxima reunião do
862CONSEMA? **Sr. Sérgio Cardoso:** Dois momentos: um que acho fundamental trazermos esse ponto para a próxima reunião,
863devido a complexidade e de um debate que podemos fazer. Já adiantando, sobre essa questão, senti falta aqui dos
864Conselhos Municipais de Meio Ambiente, do envolvimento dos Conselhos Municipais na política, na implantação da política.
865Quer dizer, o CONSEMA não se resumi ao mundo do Estado do Rio Grande do Sul. Estamos aí potencializando a
866municipalização e os Conselhos Municipais em nenhum momento, de todo esse decreto, eles são citados como um órgão
867de regionalização das políticas municipais. Obrigado. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Srs. Conselheiros, eu só perguntei se
868deixaríamos isso para a próxima reunião, não gostaria de discutir os ativos que estão faltando neste momento. **Sr. Sérgio**
869**Cardoso (Questão de Ordem):** Eu só gostaria de um esclarecimento para não termos atrito com a Mesa. É a segunda
870manifestação que eu faço, uma Questão de Ordem, e sou chamado atenção. Acho que a minha manifestação foi no sentido
871de contribuir. E eu não fiquei mais de um minuto falando, Sr. Presidente. Então, acho que não é motivo do senhor fazer pela
872segunda vez o seu comentário. Quer dizer, eu não ocupei dez minutos o microfone para fazer nenhuma manifestação para
873atrasar a reunião. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Conselheiro, o senhor me desculpe, o Presidente da Mesa está com um
874pouco de dor de cabeça, assumi um pouco, mas assim: é constante aqui no Conselho de Meio Ambiente, já presidi pelo
875menos duas vezes a reunião do Conselho e a gente se alonga muito e foge um pouco da pauta. foi nesse sentido e não
876houve nenhuma intenção de lhe ofender. **Sra. Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Eu acho que é uma Questão de
877Ordem pelo seguinte: o ofício que foi encaminhado, que é assinado pela Presidência da Câmara Técnica Permanente de
878Assuntos Jurídicos. Ela faz uma solicitação em um dos parágrafos, dizendo o seguinte: que essa proposta deveria ser
879encaminhada para a Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental, que a mesma encaminhe para o Conselho.
880Então, parece-me que falta aqui. Eu não tenho isso aqui. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Foi encaminhado. **Sra. Edi Xavier**
881**Fonseca:** Não foi-nos mandado, então. Não foi mandado o parecer da Câmara Técnica Permanente de Educação
882Ambiental. **Sra. Vera Lúcia Calegari:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, esse foi encaminhado pela Câmara Técnica de
883Educação Ambiental do CONSEMA a todos os Conselheiros. E esse decreto é o que regulamenta a nossa lei estadual que
884institui a política de educação ambiental no Estado. E a propósito, vamos receber os representantes do Ministério do Meio
885Ambiente e do Ministério da Educação, em Porto Alegre, nos dias 6 e 7 de julho, próximo, e teremos uma reunião no dia 6,
886com a participação de toda a sociedade civil e dia 7 com reunião, consulta com todos os educadores ambientais. Então, só
887queria comunicar que essa organização em Porto Alegre, dessa visita do Ministério, está sendo feita em parceria com a
888Secretaria de Educação, Secretaria do Meio Ambiente e IBAMA. E, então, gostaríamos já de estender a todos os Srs.
889Conselheiros a possibilidade de participarem dessas reuniões e enviaremos à Secretaria do CONSEMA para que convide
890todos os Conselheiros a participarem. Nós vamos, então, tratar essas questões da educação ambiental, da construção da
891educação ambiental que vem muito ao encontro do que estamos trabalhando aqui no Rio Grande do Sul. **Sra. Lúcia**
892**Anello:** Boa-tarde a todos, Sr. Presidente. Eu só queria aproveitar para justificar a ausência da nossa Conselheira, a Dra.
893Cecília Hypólito, que não pode estar presente aqui. E eu venho, então, trazer a sua mensagem, especificamente nesse
894item, como provavelmente essa discussão vai ser levada para a próxima reunião. Queria deixar registrado que ao IBAMA e
895ao Ministério do Meio Ambiente tem interesse, tanto do ponto de vista política nacional quanto da política estadual, de
896participar do órgão gestor e nessa minuta de decreto não estamos incluídos, o Ministério do Meio Ambiente não está
897incluído. Então, queria deixar isso registrado e nos colocamos à disposição para fazer os ajustes na minuta, se assim os
898Conselheiros entenderem. Obrigada. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Mais algum Conselheiro? Então, pelo que pude
899depreender, a maioria das manifestações foi no sentido de adiar a discussão para a próxima reunião do CONSEMA,
900inclusive, com uma reunião intermediária, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente. Os Conselheiros que concordam
901que a discussão seja realizada na próxima reunião do CONSEMA levante as placas, por favor. Alguém se abstém? Alguém
902é contra? Aprovado pela totalidade dos presentes. Este é só um aviso: temos que marcar a data para agendar uma reunião

903extraordinária sobre o Delta, porque a Câmara de Biodiversidade já terminou a análise do documento. Vamos ter que daqui
904a pouco marcar uma data. O item sete da pauta já foi vencido, Habilitação dos Municípios. **8. Proposta de Resolução**
905**CONSEMA sobre Centro de Treinamento de Combate a Incêndios.** A FEPAM encaminhou ao Conselho Estadual do
906Meio Ambiente, item oito da pauta, é apenas um comunicado. Está com os senhores uma resolução para licenciamento de
907centro de treinamento de combate a incêndios e uso de materiais de combustíveis em treinamento de combate a incêndio.
908Essa resolução está sendo encaminhada para a Câmara Técnica. Não sei se algum Conselheiro quer comentar esse item,
909mas isso está indo para a Câmara Técnica, é só um comunicado. Passamos ao item nove da pauta: Homenagem e
910Manifestação da Associação de Prevenção da Natureza do Vale do Rio Gravataí – APN-VG, por ocasião dos 25 anos. Acho
911que poderíamos iniciar cantando um parabéns para você, para nós todos. Eu passo a palavra para a Presidente para suas
912manifestações. **9. Homenagem e Manifestação da Associação de Prevenção da Natureza do Vale do Rio Gravataí –**
913**APN-VG, por ocasião dos 25 anos da mencionada Entidade. Sra. Tânia Peixoto:** Boa-tarde a todos. Inicialmente
914queremos saudar o Sr. Cláudio Dilda, Presidente do CONSEMA, saudar a todos os Conselheiros, a todos os presentes aqui
915nesta tarde, aos nossos companheiros de luta da APN-VG que estão aqui. E dizer para o CONSEMA que recebê-los hoje,
916aqui, em Gravataí, na semana de comemoração dos nosso 25 anos, é uma grande satisfação para nós. Receber essa
917deferência do Conselho significa o reconhecimento da nossa Entidade que há 25 anos vem trabalhando em defesa
918especialmente do Vale do Gravataí. Gostaríamos de rapidamente contar para vocês que lá nos anos 60, quando começou
919essa discussão aqui no Vale do Gravataí, nasceu em razão da tentativa de destruição do Banhado Grande. Quando o
920Banhado Grande começou a ser drenado, foi aberto um canal, e houve uma grande mobilização da comunidade naquele
921momento para impedir que o banhado fosse drenado. Aquele grupo que se mobilizou naquele momento formou um grupo
922maior depois a dessa discussão, gestou, então, a criação de uma associação de preservação da natureza, de todo o Vale
923do Gravataí. Quando esse grupo se estruturou eles nem tinham uma noção do tamanho da luta que viria pela frente e das
924coisas que estavam acontecendo naquele momento e no mundo, que estavam-se voltando, então, para essa questão de
925ecologia. Quem falava nisso era lunático, louco, sonhador, coisas desse tipo. Essas pessoas, então, começaram a se
926organizar, a fazer reuniões e o grupo foi crescendo, foi aumentando, nascendo assim, no dia 14-06-79, uma reunião com
927144 pessoas. Nós colocamos aí na frente os cartazes, onde há, inclusive, a primeira Ata, nasceu a APN-VG. A primeira
928grande vitória da APN-VG foi conseguir que fosse proibida a drenagem do banhado grande. Hoje aquela primeira parte do
929rio Gravataí é um canal, foi esse canal que foi aberto e já está deixando de ser canal, felizmente, um rio mesmo. A natureza
930é maravilhosa e perfeita, ela mesma está tentando-se reorganizar ali. Nos anos 80, o crescimento acelerado da população
931na região metropolitana precipitou uma série de outros problemas ambientais na nossa região, que pediam a intervenção da
932APN-VG. E APN-VG soube trabalhar bastante nesse sentido, sobretudo com a questão do rio Gravataí, que sempre foi a
933fonte de água, a fonte de vida para essas comunidades aqui dos municípios que se servem da água do rio Gravataí. E a
934medida que cresceu a população e houve um desenvolvimento econômico acelerado, os distritos industriais surgiram nos
935municípios nos anos 70, a poluição do rio Gravataí aumentou consideravelmente. Se antes o problema do rio era a tentativa
936dos plantadores de arroz de aumentar as suas áreas de agricultura, agora o problema do rio passou a ser a contaminação
937por esgoto doméstico e depois, também, por afluentes industriais. Isso, Sr. Presidente, são os grandes problemas que
938vimos enfrentando desde lá. Hoje assistimos a apresentação do Programa Pró-Guaíba, e gostaria de reafirmar que esse
939programa, a instalação do programa também foi uma das grandes lutas da APN-VG. A instalação do programa em Gravataí
940e Cachoeirinha temos a dizer que deve-se à pressão, inicialmente, depois a organização da APN-VG. Nos dois municípios
941onde a APN-VG tem uma inserção maior, são os dois municípios que foram instalados o Módulo I e agora vamos para o
942Módulo II. Além disso, tivemos importantes atuações a partir da Constituição de 88, quando começou a se instalar nos
943municípios as leis orgânicas municipais. E a APN-VG fez uma assessoria importante para a elaboração da lei orgânica no
944município de Gravataí, depois no Município de Cachoeirinha, foi bem propositiva, inclusive, propostas inteiras da APN-VG
945foram aprovadas pelas Câmaras Municipais sem alteração. Nós assessoramos bastante as comissões que montaram a
946questão ambiental. Então, isso deu condições. O papel da APN-VG tem sido tão importante, que a questão da implantação
947do Comitê de Gerenciamento Gravataí teve a atuação da APN de uma forma forte e significativa. Tanto é que os
948Presidentes da APN-VG, as duas primeiras gestões do Presidente do Comitê eram representantes da APN-VG, que foi o Sr.
949José Mariano Mota, que foi duas vezes Presidente. Depois tivemos o Paulo Miller, que foi também um dos fundadores da
950APN-VG e grande batalhador na vice-presidência do Comitê. E hoje o nosso representante no Comitê é o Presidente, que é
951o Sérgio Cardoso. Os Conselhos Municipais do Município de Gravataí e Cachoeirinha de Meio Ambiente e do Plano Diretor
952dos Municípios, também hoje têm na Presidência representantes da APN-VG. Nós dizemos assim, que os militantes da
953nossa Entidade amadurecem ambientalmente, porque consciência ambiental já temos na medida que vai assumindo esse
954trabalho com a nossa Entidade; mas esse amadurecimento, a luta dentro da Entidade, o trabalho, vai propiciando. Isso
955favorece que o pessoal que trabalha, que milita conosco, tenha assumido posições significativas na nossa comunidade, no
956que diz respeito à questão ambiental nesse processo todo. Poderíamos ainda dizer que Gravataí tem um trabalho
957significativo porque tem uma Fundação do Meio Ambiente, que também foi uma pressão da nossa Entidade em outros
958tempos, quando os governos não queriam abrir mão disso, quando os empresários achavam que ambientalistas eram
959inimigos. Hoje temos a satisfação de dizer aqui que muitos empresários de Gravataí são nossos parceiros, já estão
960assumindo nossos sonhos, que chamamos o *sonho verde*. Era chamado *sonho verde*, mas hoje já não é verde, é mais azul,
961porque a questão prioritária para nós é a questão da água. Por que o Regimento Interno Gravataí é um rio muito frágil?
962Todos sabem disso aqui. Ele merece um cuidado maior de todos nós por causa disso, porque é uma criança muito frágil,

963mas não é só rio, é claro, toda a área de preservação e a própria decretação da APA é uma luta antiga da APN-VG, e hoje
964temos a área de preservação ambiental por causa dessa luta da APN-VG. Então, nesses 25 anos aprendeu muito com
965algumas derrotas, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros, mas temos hoje que dizer de muitas vitórias, e que valeu a pena,
966valeu a pena todo o trabalho investido, todo o entusiasmo, toda a esperança, o esforço, valeu a pena. Temos um grupo
967muito corajoso, muito dedicado. Eu diria ainda que a luta da APN-VG sempre foi colocar em primeiro lugar a preservação
968do meio ambiente, o respeito ao meio ambiente, o respeito à vida. Em nenhum momento permitimos que se sobrepujasse a
969esse objetivo maior da APN-VG. E avaliamos hoje que o fato da APN-VG ter colocado esse interesse em primeiro lugar e só
970esse, em nenhum outro sobrepujasse interesse, tem garantido a idoneidade, a credibilidade e o respeito que a nossa
971Entidade tem. Até tivemos algumas pessoas que se aproximaram querendo-se promover pessoalmente, querendo-se
972promover politicamente, mas entenderam que não era possível, não tiveram espaço, e não estão mais conosco,
973obviamente. É importante que a gente diga isso aqui, porque se vê muito isso ainda, infelizmente. Gostaríamos de dizer que
974agradecemos todas as Entidades que têm aberto espaço para que a gente tenha encaminhado as questões do Vale do
975Gravataí e a nossa grande preocupação agora é com Alvorada, Conselheira Vera, é com Alvorada, com Viamão, que ainda
976precisam de um trabalho maior, mais direto lá com a questão dos dejetos domésticos, que o grande problema do rio
977Gravataí é a contaminação do esgoto doméstico. Nós acreditamos que o trabalho de educação ambiental é fundamental,
978tanto e ações formais como não formais e temo-nos engajado em todas as atividades. Temos participado da romaria das
979águas nos últimos anos. Neste último ano foram trabalhos muito bons com várias escolas, visitamos as nascentes do
980Gravataí com as escolas, e foram representantes multiplicadores, professores multiplicadores. Isso tem sido significativo.
981Não temos nada institucional na APN-VG, não temos uma sede, não temos uma Secretaria, o nosso material é distribuído
982na casa do pessoal que trabalha. A nossa luta também tem sido com dificuldade por causa disso. Nós ganhamos uma área
983da Prefeitura há 5 anos e não conseguimos ainda erguer uma pequena sede lá, porque colocamos como prioridade o
984trabalho de educação ambiental, e como eu vinha dizendo, acreditamos que a saída é por aí. Temos tentado parcerias com
985outras Entidades, buscado o apoio da mídia, que é fundamental nesse sentido. E nós sabemos, vocês aqui todos sabem
986que trabalhar com a questão ambiental não é uma coisa que interessa muito, porque não dá lucro imediato, as pessoas não
987vêm o lucro da questão ambiental. Então, é também difícil isso. Nós procuramos esta semana desenvolver algumas
988atividades para que, justamente, colocássemos mais à vista um pouco do trabalho que esse grupo faz. Há um núcleo
989importante em Cachoeirinha que tem um trabalho muito importante, não estão aqui hoje, mas eles também acompanharam
990a gente durante a semana toda. E eu gostaria de referir duas questões que aconteceram esta semana, bastante
991significativas: a primeira delas foi a atualização do Estatuto da nossa Entidade de acordo com a nova legislação como
992Entidade de direito civil, para que a gente possa efetivar convênios e parcerias com empresas, para que a gente fique
993adequados a nova legislação. E foi publicado um trabalho, é aquele cartaz da ULBRA, é desse trabalho de um professor da
994ULBRA que fez sua tese de mestrado sobre a APN-VG. Um trabalho importantíssimo, sério, muito bem feito, que tratou, fez
995uma pesquisa profunda no Vale do Gravataí sobre ações de educação não formal no Vale do Gravataí, por meio da APN-
996VG. O trabalho está sendo publicado, eu recebi como presente, para fazer parte do acervo da APN-VG, a cópia da tese de
997mestrado desse professor. Infelizmente não trouxe aqui hoje, mas está ali documentado, foi lá na ULBRA o ato. Foi muito
998importante porque a ULBRA está-se colocando à disposição para fazer um trabalho. E eu quero anunciar isso aqui hoje, em
999parceria para trabalhar no Vale com relação à questão ambiental a ULBRA está-se colocando à disposição. Então, isso tem
1000sido muito gratificante, 25 anos não é muito tempo em termos de história, mas de luta ambiental, de mudanças e da história
1001das Entidades ambientais no Rio Grande do Sul é bastante tempo. Então, para nós é uma satisfação, como eu disse no
1002início, de receber todos aqui. Coloco-me à disposição para alguma pergunta, mas mais uma vez quero agradecer muito. E
1003queria finalizar citando as primeiras palavras da carta da Terra, e diz assim: *Estamos diante de um momento crítico na*
1004*história da Terra, em uma época em que a humanidade deve escolher o seu futuro, ou firmar uma aliança global para cuidar*
1005*da Terra e cuidarmos uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a destruição da diversidade da vida.* Muito obrigada
1006por todos terem vindo a Gravataí e terem vindo cantar parabéns para a APN-VG. Muito obrigada. **Sr. Presidente:**
1007Agradecemos a Tânia, Presidente da Associação de Proteção da Natureza do Vale do Rio Gravataí, e dizer que este
1008Conselho se sentiu mais do que com um obrigação, muito honrado em vir até Gravataí. E aqui, obviamente, queremos
1009agradecer o empenho do Sérgio Cardoso, que propôs a este Conselho, na reunião passada, que acatou de imediato a
1010proposição. Portanto, muito nos orgulha estarmos aqui entre vocês que têm, assim como a AGAPAN aqui no Estado e no
1011Brasil, uma das histórias mais antigas desse movimento de sensibilização popular e de pressão política que ajudaram a
1012promover avanços significativos. Parabéns a vocês, Tânia, e persistam. **10. Assuntos Gerais.** Passamos para o Item 10 da
1013pauta. Eu gostaria de inscrever, de imediato, porque temos um importante encaminhamento, considerando que nessa data,
1014na data de hoje, a Câmara Técnica de Biodiversidade encaminhou ao CONSEMA o relatório final dos trabalhos relacionados
1015com o Parque Delta do Jacuí. E considerando que nós definimos na reunião passada que faríamos essa avaliação em uma
1016reunião extraordinária, então, gostaria de propor para que este Plenário se manifeste em termos de uma proposição de
1017data, considerando que será tratado em uma reunião extraordinária. Portanto assunto exclusivo a ser debatido. Os
1018integrantes da Câmara pedem, inclusive, um pouco de tempo, próxima semana, porque deverão dirigir-se a Santa Maria
1019para fazer um cotejamento final em termos de demarcação de área. Até o final da próxima semana estará pronto. Tendo,
1020portanto, como aceno a partir da outra semana a possibilidade de fazermos essa avaliação e essa discussão. Conselheiro
1021Ivo. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sr. Presidente, demais Conselheiros, estávamos lendo junto no grupo de trabalho da
1022Câmara de Biodiversidade, e apresentamos uma proposta do setor do desenvolvimento do Delta do Jacuí. Nós

1023conseguimos dentro desse prazo rápido de discussão levar os nossos interesses por meio até do processo de licenciamento
1024ambiental que a classe passou junto à FEPAM; mas isso para ser levado ao CONSEMA e análise em debate dentro deste
1025Conselho precisa ter uma argumentação Técnica que tínhamos que estar fazendo. Entendo que essa argumentação e esse
1026trabalho demanda um tempo um pouco maior. Até para resolver, pegar dados de todos os produtores envolvidos, é uma
1027situação que não envolve vinte poucas áreas na região. Então, gostaria que o prazo fosse um pouquinho mais dilatado para
1028a gente poder apresentar o trabalho, porque a nossa intenção não é dizer: não, chega, não queremos. Não, é propor
1029alguma alternativa que venha de encontro às questões ambientais. Então, pedimos um prazo um pouco maior, se pudesse
1030dar três semanas, algumas coisa desse tipo, até antes da próxima reunião do CONSEMA, mas não na semana que vem ou
1031na outra, em dez, quinze dias. Entendendo que em quinze, vinte dias nós conseguiríamos apresentar esse trabalho. **Sr.**
1032**Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, eu iria propor com data, em função que alguns estudos têm que ser feitos e face ao
1033fato de que se pensarmos em três semanas e em seguida vamos ter a reunião ordinária, a minha sugestão é que, de
1034repente, a gente faria essa reunião, se possível, no dia 17-08, é uma terça-feira. A minha sugestão era essa. **Sr.**
1035**Presidente:** A próxima reunião é dia 15-07, é a terceira quinta-feira do mês de julho. Eu questiono o seguinte: há
1036necessidade de tanto tempo? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Não precisamos de tanto prazo, mas entendo que a próxima
1037reunião já é no dia 15-07, marcar três semanas para cima da próxima reunião, ou, então, final de julho. **Sra. Margô**
1038**Guadalupe Antônio:** Sr. Presidente, a Câmara Técnica teve 30 dias para fazer a análise da proposta e compatibilizar,
1039inclusive, com todas as Entidades que participavam daquela Câmara. Pedimos mais 30 dias, entendo que o assunto
1040realmente teria que ser de certa forma resolvido a um determinando tempo. Então, poderiam ter-nos dados mais 60, 80 ou
104190 dias. Apresentamos um relatório, comprometemo-nos a daqui uma semana, no final da semana podemos ir a Santa
1042Maria, na terça-feira poderemos apresentar todo o trabalho consolidado, com todas as recomendações da Câmara. Então,
1043entendemos que não há nenhum motivo para se prorrogar mais ainda esse assunto e discutir mais coisas. Se existe a
1044recomendação de uma Câmara Técnica tem que ser apresentada, a partir daí sim, se o Conselho entender que precisa de
1045mais prazo para discutir no Conselho nós concordamos, mas o trabalho da Câmara em uma semana podemos apresentar
1046tranqüilamente. **Sr. Presidente:** A finalização? **Sra. Margô Guadalupe Antônio:** A finalização do trabalho. **Sr. Presidente:**
1047Parece-nos uma ponderação, no mínimo, razoável, porque do contrário vamos ser incoerentes com a pressão que fizemos
1048sobre a Câmara Técnica. Vamos ser coerentes. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Eu entendo a colocação da Dra. Margô, mas
1049também vamos considerar o seguinte: nós trabalhamos em cima de dados, no grupo de trabalho, claro, são dados
1050confiáveis, tirados em cima de um processo de licenciamento. Isso tem que ir para o papel, acho que não podemos chegar
1051na reunião do CONSEMA propondo uma alternativa que foi discutida na Câmara Técnica e a pecuária que defendeu não
1052tem esse trabalho posto no papel. É essa a nossa preocupação, queremos que esse trabalho seja incorporado na reunião
1053do CONSEMA, porque chegamos aquilo ali, onde chegamos, até de acordo com a proposta da Câmara Técnica. É essa a
1054nossa proposta, um tempo de colocar isso no papel, tu não vais juntar 20 produtores e pegar dados deles de hoje para
1055amanhã, ou em uma semana. Há uma empresa contratada, de se conscientizar que o trabalho não é amador, é por
1056empresa, contrataram uma empresa que vai fazer esse trabalho. É essa a nossa ponderação pedindo um prazo um pouco
1057maior. **Sr. Presidente:** Alguma manifestação ainda a cerca disso? Não temos mais *quorum* para tomar uma decisão agora.
1058Não acreditamos que precisamos de tanto tempo assim. Então, próxima semana os técnicos precisam para fazer a
1059delimitação final. Eu deixaria de sobreaviso, serão avisados e receberão todo o material, aliás, os termos gerais já foram
1060encaminhados? Então, este material já está aqui, os senhores vão recebê-lo em seguida. Na segunda-feira já será
1061encaminhado a todos os Srs. Conselheiros. e na semana seguinte podemos agendar, então, essa reunião extraordinária.
1062**Sra. Edi Xavier Fonseca:** Em relação a Resolução n.º 65, de 20-05, que instituiu o grupo de trabalho para revisão e
1063aperfeiçoamento do Regimento Interno. Na verdade, isso está errado, esse grupo não foi constituído para aperfeiçoar o
1064Regimento Interno do CONSEMA, e sim para reavaliar a composição do CONSEMA. Como tema prioritário seria a
1065composição do CONSEMA. Como consequência, logicamente, adaptar o Regimento Interno a essa nova composição. **Sr.**
1066**Presidente:** Mas não só a composição, porque acho que temos procedimentos que o grupo pode propor. **Sra. Edi Xavier**
1067**Fonseca:** Na primeira reunião do grupo de trabalho deliberamos que vamos estudar a lei e o Regimento Interno,
1068concomitantemente. Então, gostaria, se possível, fosse alterada essa resolução. **Sr. Presidente:** Só faça a observação à
1069caneta mesmo, nesse texto, e pode passar para a Secretária Executiva, que não há nenhum problema. Mais alguma
1070manifestação? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, só gostaria, a pedido da Presidência da FARSUL, que constasse
1071em Ata o agradecimento ao ex-Conselheiro José Lauro de Quadros e José Totti, pelos trabalhos prestados aqui neste
1072conjunto, a este Conselho, em nome da Entidade. **Sr. Presidente:** Com certeza, e que conste em Ata, porque, realmente, o
1073Conselheiro José Lauro de Quadros animou bastante este Conselho. O reconhecimento dessa impressionante e persistente
1074figura do cenário ambiental do Rio Grande do Sul. Constará em Ata sim e com muita justiça. Damos por encerrada esta
1075reunião, agradecendo os presentes e a acolhida do Município de Gravataí, da Câmara de Vereadores. E mais uma vez,
1076Tânia, Paulo Miller, Sílvio e demais integrantes deste movimento que tem importância histórica inquestionável. Está
1077encerrada a reunião. (Encerra-se a reunião às 17h23min)